



Relatório e Contas

2025



Relatório e Contas de 2025

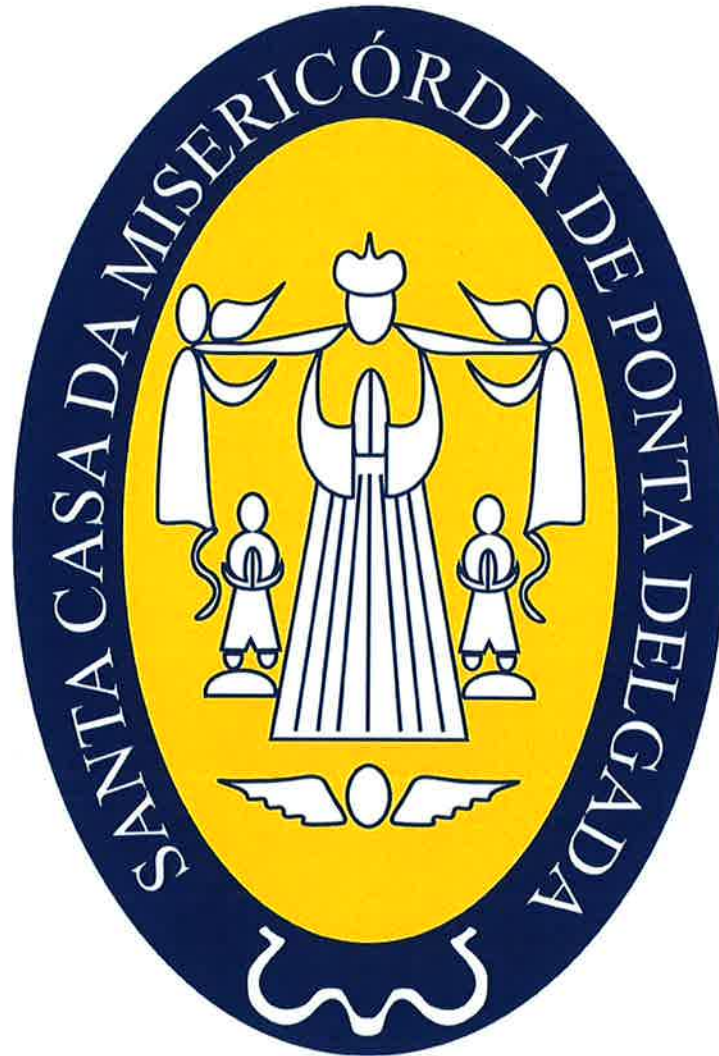


Índice



ÍNDICE

1.	Introdução -----	4/5
1.1.	Convocatória da Assembleia Geral -----	6
2.	Relatório de Gestão – 2025 -----	7/12
2.1.	Atividade 2025 Análise Global -----	8/12
	2.1.1. Principais Aspetos Financeiros -----	9/11
	2.1.2. Utentes -----	12
3.	Contas do Exercício Económico de 2025 -----	13/52
3.1.	Demonstrações Financeiras Individuais a 31/12/2025 e 2024 -----	14/39
	3.1.1. Balanço Individual em 31/12/2024 e 2023 -----	17
	3.1.2. Demonstração de Resultados por Natureza Individual --	18
	3.1.3. Demonstração dos Fluxos de Caixa em 31/12/2025 e 2024 -----	19
	3.1.4. Demonstração das alterações nos Fundos Patrimoniais no período findo em 31/12/2025 e 2024 -----	20
	3.1.5. Anexo às Demonstrações Financeiras Individuais para o período findo em 31/12/2025 -----	21/39
3.2.	Demonstrações Financeiras Consolidadas a 31/12/2025 e 2024 -----	40/52
	3.2.1. Balanço Consolidado em 31/12/2025 e 2024 -----	43
	3.2.2. Demonstração de Resultados por Natureza Consolidada -----	44
	3.2.3. Demonstração de Fluxos de Caixa Consolidadas em 31/12/2025 e 2024 -----	45
	3.2.4. Demonstração das alterações nos Fundos Patrimoniais no período findo em 31/12/2025 e 2024 -----	46
	3.2.5. Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas para o período findo em 31/12/2025 -----	47/52
4.	Certificação Legal de Contas -----	53/61
5.	Ata do Conselho Fiscal -----	62/66



Introdução



I – Introdução

Nos termos e para efeitos da alínea f) do artigo 25º do Compromisso da Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Ponta Delgada, a Mesa Administrativa tem a honra de submeter à apreciação de V. Ex.ª o Relatório e as Contas do Exercício que teve início em 1 de Janeiro e terminou em 31 de dezembro de 2025.





SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE PONTA DELGADA

Assembleia Geral Ordinária Convocatória

De acordo com os artigos 11º, nº1, 14º, 15º, 16º e 17º do Compromisso desta Santa Casa, convoco os Irmãos para a Assembleia Geral Ordinária a realizar no dia 30 de março, pelas dezassete horas e trinta minutos, na Sala do Consistório desta Instituição, com a seguinte ordem de trabalhos:

1. Aprovação da ata da reunião anterior.
2. Apreciação e votação dos Relatórios e Contas da Santa Casa da Misericórdia de Ponta Delgada e da Trekking Party, relativos ao exercício de 2025.
3. Autorização de empréstimo bancário intercalar.
4. Outros assuntos de interesse para a Instituição.

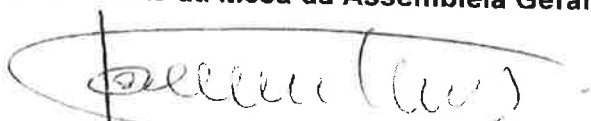
Os documentos relativos à ordem de trabalhos encontram-se à disposição dos Irmãos na Secretaria, dentro do horário de expediente da mesma, das 8h30 às 12h30 e das 13h30 às 16h30, a partir do próximo dia 16 do mês de março e no sítio da Santa Casa da Misericórdia de Ponta Delgada.

Se, à hora marcada, não estiver presente a maioria dos membros da Assembleia (quórum estatutário) a reunião realizar-se-á trinta minutos depois, com qualquer número de Irmãos, de harmonia com o n.º 2 do Art. 14º do referido compromisso.

Informa-se que os Serviços Administrativos e a referida sala do Consistório encontram-se atualmente localizados na Rua Teófilo de Braga, n.º 2-A.

Ponta Delgada, 12 de março de 2026

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral


José Francisco Gonçalves Silva





Relatório de Gestão 2025



Atividade 2025

Análise Global



Principais Aspetos Financeiros

No ano de 2025, a Santa Casa da Misericórdia de Ponta Delgada manteve com a Segurança Social, através do Instituto da Segurança Social dos Açores (ISSA, IPRA) os seguintes acordos de cooperação de funcionamento:

Acordos de Cooperação de Funcionamento		Valor anual das Participações - Acordos de Cooperação(€)	(*) Total dos Gastos (€)	Peso das participações sobre os Gastos
Nº 22	Creche " O Regaço "	250 787,19	347 667,96	72,13%
Nº 531	Creche "A Pequeneda"	290 385,27	409 163,09	70,97%
Nº 48	Creche " A Joanhina "	290 385,27	354 710,97	81,87%
Nº 23	Lar de Idosos	1 154 016,48	2 341 731,93	49,28%
Unidade de Cuidados Continuados - ULDM (a)		1 200 652,52	2 563 315,07	46,84%
Total		3 186 226,73	6 016 589,02	52,96%

(*) – Contas 61 a 69
(a) - com a integração do CCC na RCCI da RAA. Comparticipam a UCCI as entidades do ISSA e da USISM.

O peso das participações públicas ao abrigo dos acordos de cooperação homologados representou em 2025, 52,96% do total dos Gastos dessas valências, valor que compara com os 55,35% verificados em 2024.

Valências	Valor anual das Participações dos Utentes(€)	(*) Total dos Gastos (€)	Peso das participações dos Utentes sobre os Gastos
Creche " O Regaço "	2 262,44	346 658,77	0,65%
Creche "A Pequeneda"	2 513,75	407 977,97	0,62%
Creche " A Joanhina "	3 330,05	352 033,18	0,95%
Lar de Idosos	687 855,12	2 323 886,44	29,60%
Unidade de Cuidados Continuados - ULDM e UMDR "	340 470,09	2 496 515,17	13,64%
Total	1 036 431,45	5 927 071,53	17,49%

(*) – Contas 61 a 64

Por outro lado, o peso das participações dos utentes, feitas nos termos regulamentares, representou em 2025, 17,49% do total dos Gastos dessas valências, conforme se evidencia no quadro acima e, que compara com 17,62% relativos ao ano de 2024.

Ambas as participações, públicas e privadas, no seu conjunto, continuam a revelar-se manifestamente insuficientes para colmatar as despesas de funcionamento destas valências, com particular agravamento para os Lares e creches. Acresce referir a situação verificada no Hospital do Divino Espírito Santo (HDES), em 4 de maio de 2024 (incêndio), que se prolongou até início de 2025, em que a SCMPD diligenciou prontamente pela prestação de toda a colaboração e assistência necessárias.

Atinente ao exposto anteriormente, a Santa Casa tem assumido valores muito elevados com gastos não comparticipados para a cobertura do custo efetivo das respetivas

Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature and the number 9.

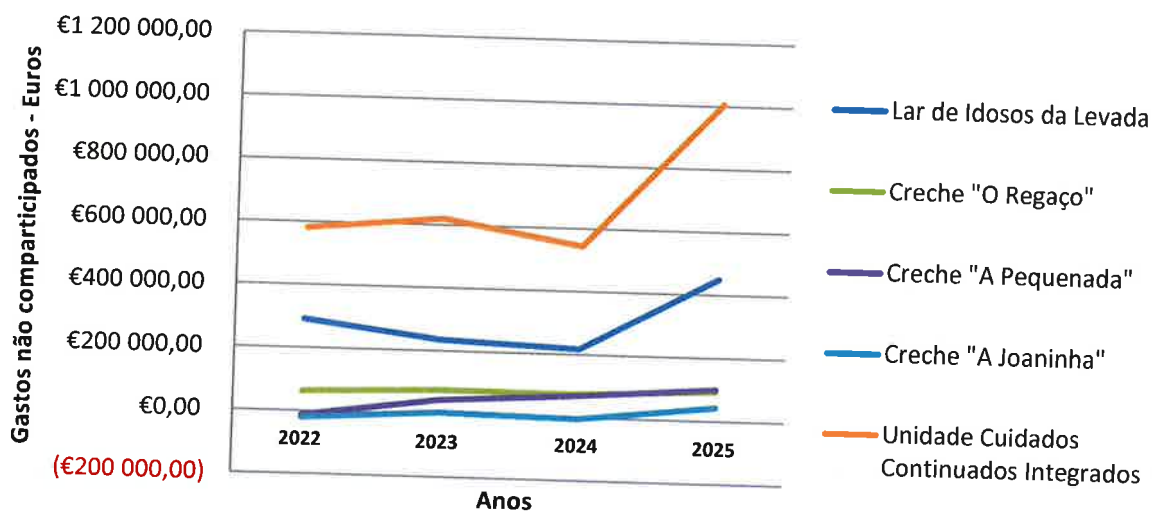


atividades, conforme se demonstra no quadro abaixo, o qual para melhor elucidação do peso estrutural desta situação, compara o ano de 2025 com os três exercícios anteriores.

Gastos da Santa Casa com a cobertura do Custo Efetivo por valência nos anos de 2021 a 2025

Gastos não Comparticipados	2022	2023	2024	2025	Total
Lar de Idosos da Levada	291 001,81 €	235 559,33 €	218 721,83 €	450 714,83 €	745 282,97 €
Creche "O Regaço"	63 812,26 €	76 006,73 €	74 668,53 €	93 792,37 €	214 487,52 €
Creche "A Pequenada"	-12 046,37 €	44 271,37 €	70 264,37 €	101 264,18 €	102 489,37 €
Creche "A Joanhinha"	-20 213,65 €	4 938,43 €	-3 687,07 €	44 017,76 €	-18 962,29 €
Unidade Cuidados Continuados Integrados	582 071,59 €	620 959,54 €	545 247,67 €	1 007 201,90 €	1 748 278,80 €
Total	904 625,64 €	981 735,40 €	905 215,33 €	1 696 991,04 €	2 791 576,37 €

Trajetória dos gastos da Santa Casa com a cobertura do custo efetivo por valência nos anos de 2022 a 2025



Handwritten signatures and initials in blue ink.



SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE PONTA DELGADA
Custo Médio Mensal por Utente e Participações - 2022 a 2025

Centros de Custos	2022	2023	2024	2025
Lar de Idosos da Levada				
Gastos (*)	1 668 885,80	1 882 450,39	1 995 566,01	2 341 731,93
Nº médio Utentes	81	81	82	83
Custo Médio Mensal por Utente (em euros)	1 716,96	1 936,68	2 028,01	2 351,14
Participação dos Utentes (valor)	506 651,70	576 280,75	643 080,68	687 855,12
Participação dos Utentes (%)	30,36%	30,61%	32,23%	29,37%
Participação ISSA - Acordos (valor)	848 380,18	1 009 986,28	1 103 030,51	1 154 016,48
Participação ISSA - Acordos (%)	50,84%	53,65%	55,27%	49,28%
Participação Outras Entidades Públicas (valor)	22 852,11	60 624,03	15 568,44	49 145,50
Participação Outras Entidades Públicas (%)	1,37%	3,22%	0,78%	2,10%
Prestação de serviços extraordinários - Calamid. HDES	0,00	0,00	15 164,55	0,00
Prestação de serviços extraordinários - Calamid. HDES (%)	0,00%	0,00%	0,76%	0,00%
Peso das participações sobre os Gastos	82,56%	87,49%	89,04%	80,75%
Creche "O Regaço"				
Gastos (*)	269 353,60	292 768,85	316 174,56	347 667,96
Nº médio Utentes	32	35	32	38
Custo Médio Mensal por Utente (em euros)	701,44	697,07	823,37	762,43
Participação dos Utentes (valor)	16 262,14	2 503,35	2 304,21	2 262,44
Participação dos Utentes (%)	6,04%	0,86%	0,73%	0,65%
Participação ISSA - Acordos (valor) (a)	188 953,52	213 951,57	239 072,64	250 787,19
Participação ISSA - Acordos (%)	70,15%	73,08%	75,61%	72,13%
Participação Outras Entidades Públicas (valor)	325,68	307,20	129,18	825,96
Participação Outras Entidades Públicas (%)	0,12%	0,10%	0,04%	0,24%
Peso das participações sobre os Gastos	76,19%	73,93%	76,34%	72,78%
Creche "A Pequenada"				
Gastos (*)	286 043,69	334 951,27	364 143,04	409 163,09
Nº médio Utentes	40	42	41	44
Custo Médio Mensal por Utente (em euros)	595,92	664,59	740,13	774,93
Participação dos Utentes (valor)	12 455,46	2 582,22	2 737,90	2 513,75
Participação dos Utentes (%)	4,35%	0,77%	0,75%	0,61%
Participação ISSA - Acordos (valor)	271 162,14	273 659,88	276 821,04	290 385,27
Participação ISSA - Acordos (%)	94,80%	81,70%	76,02%	70,97%
Participação Outras Entidades Públicas (valor)	14 472,46	14 437,80	14 319,73	14 999,89
Participação Outras Entidades Públicas (%)	5,06%	4,31%	3,93%	3,67%
Peso das participações sobre os Gastos	104,21%	86,78%	80,70%	75,25%
Creche "A Joaninha"				
Gastos (*)	278 569,51	324 432,24	307 379,06	354 710,97
Nº médio Utentes	42	43	37	44
Custo Médio Mensal por Utente (em euros)	552,72	628,74	692,30	671,80
Participação dos Utentes (valor)	20 440,22	3 284,10	2 886,75	3 330,05
Participação dos Utentes (%)	7,34%	1,01%	0,94%	0,94%
Participação ISSA - Acordos (valor)	240 525,98	278 393,03	276 821,04	290 385,27
Participação ISSA - Acordos (%)	86,34%	85,81%	90,06%	81,87%
Participação Outras Entidades Públicas (valor)	37 816,96	37 816,68	31 358,34	16 977,89
Participação Outras Entidades Públicas (%)	13,58%	11,66%	10,20%	4,79%
Peso das participações sobre os Gastos	107,26%	98,48%	101,20%	87,59%
Unidade de Cuidados Continuados (ULDM)				
Gastos (*)	1 596 912,68	1 904 437,99	2 060 799,87	2 563 315,07
Nº médio Utentes	32	34	45	49
Custo Médio Mensal por Utente (em euros)	4 158,63	4 667,74	3 816,30	4 359,38
Participação dos Utentes (valor)	168 680,99	180 460,56	222 456,12	263 093,95
Participação dos Utentes (%)	10,56%	9,48%	10,79%	10,26%
Participação ISSA - Acordos (valor)	320 201,26	497 487,13	364 885,12	499 674,71
Participação ISSA - Acordos (%)	20,05%	26,12%	17,71%	19,49%
Participação USISM (valor)	491 392,80	577 331,22	532 090,19	700 977,81
Participação USISM (%)	30,77%	30,32%	25,82%	27,35%
Participação Outras Entidades Públicas (valor)	34 566,04	28 199,54	19 716,08	14 990,56
Participação Outras Entidades Públicas (%)	2,16%	1,48%	0,96%	0,58%
Prestação de serviços extraordinários - Calamid. HDES	0,00	0,00	376 404,69	77 376,14
Prestação de serviços extraordinários - Calamid. HDES (%)	0,00%	0,00%	18,26%	3,02%
Peso das participações sobre os Gastos	63,55%	67,39%	73,54%	60,71%

(*) - SNC - Contas 61 a 69

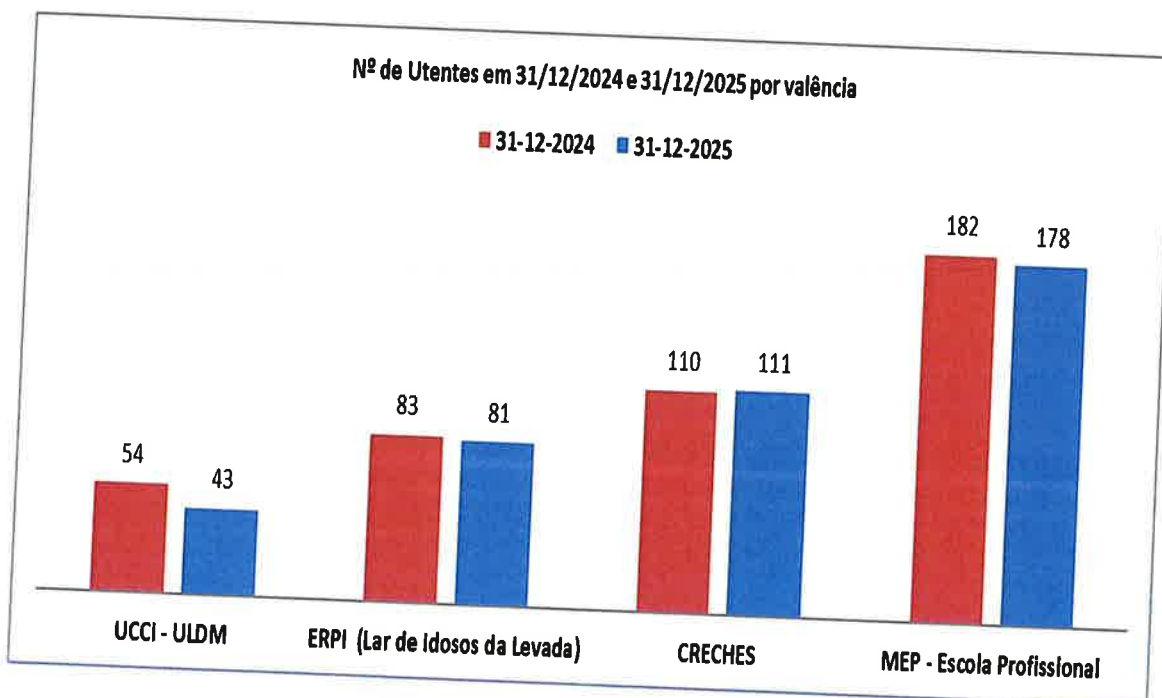
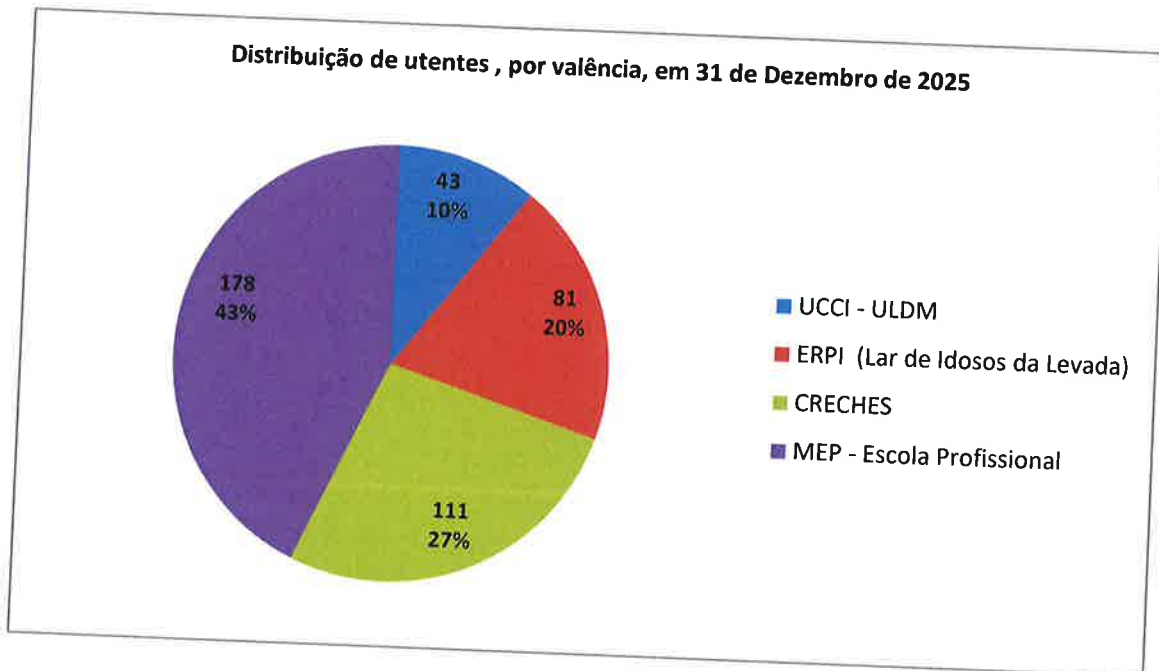
(a) Integrado no Lar da Levada em 31/10/2021



Utentes nas diversas Valências da Santa Casa

Em 31 de Dezembro de 2025, a Santa Casa da Misericórdia de Ponta Delgada prestava serviços a 413 utentes nas suas valências de Creches, Lares, Unidade de Cuidados Continuados e MEP – Escola Profissional.

A MEP – Escola Profissional e as Creches concentravam 69,98% dos utentes, estando os restantes 30,02% integrados no Lar de Idosos da Levada e na Unidade dos Cuidados Continuados Integrados.



[Handwritten signatures and initials]
12



Contas do Exercício Económico de 2025

[Handwritten signatures and initials]



**SANTA CASA DA MISERICÓRDIA
DE PONTA DELGADA**

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
INDIVIDUAIS COM REFERÊNCIA A**

31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

14





Demonstrações financeiras individuais

A Santa Casa da Misericórdia de Ponta Delgada (Santa Casa) obteve no exercício de 2025, um Resultado líquido do período positivo de +913.703 euros que compara com um valor de +1.856.107 euros obtido no ano de 2024.

Tal como aconteceu em 2024, uma das rubricas com maior influência nos resultados é a da equivalência patrimonial dos resultados do Novo Banco dos Açores (NBA) onde a Santa Casa tem uma participação de 30% (Nota 5). O resultado líquido do período do NBA foi de +8.666 milhares de euros (+10.942 milhares de euros em 2024) pelo que 30% daquele valor foi levado a Outros rendimentos, significando para 2025 um valor positivo de +2.599 milhares de euros (+3.283 milhares de euros em 2024). Paralelamente, a Santa Casa obteve rendas do seu património imobiliário (197 milhares de euros) com algum relevo o que contribuiu decisivamente para um aumento dos seus rendimentos em +11%.

A nível de rendimentos de exploração (serviços prestados e subsídios à exploração) houve um aumento de 4% para 5.792 milhares de euros (5.589 milhares de euros em 2024), pelo aumento dos Subsídios à exploração (+10%), essencialmente decorrente da celebração de novo acordo de base, para as valências de creche e ERPI, pago no final do ano com efeitos retroativos ao seu início. No ano de 2025, a Unidade de Cuidados Continuados Integrados não operou de forma contínua com a sua lotação máxima, situação que decorreu pela dificuldade na contratação de pessoal de apoio e de enfermagem, que condicionou o ritmo de admissão de utentes ao longo do período. Perspetiva-se que em 2026 esta situação seja ultrapassada, sendo igualmente esperada a revisão dos valores de comparticipação diária imputada aos utentes pela prestação de cuidados médicos e clínicos, de enfermagem e de apoio social, cujos montantes vigentes carecem de atualização face à realidade atual dos custos suportados pela instituição. Nos gastos de exploração (Custo das mercadorias consumidas, Fornecimentos e serviços externos e Gastos com o pessoal) houve um aumento de +13% para 7.205 milhares de euros (6.371 milhares de euros em 2024), por via dos fornecimentos e serviços externos que aumentaram 20%, para 2.160 milhares de euros, e de gastos com pessoal que aumentaram 12%, para 4.819 milhares de euros. A comparação das taxas de crescimento destes rendimentos (+4%) e dos gastos (+13%) fez aumentar o défice operacional em +81% – 1.413 milhares de euros em 2025 vs. -781 milhares de euros em 2024. Estes défices têm de ser compensados por outros rendimentos, nomeadamente, as rendas e dividendos (1.641 milhares de euros recebidos em 2025) dos investimentos financeiros, neste caso do NBA, ou na sua falta por endividamento bancário.

O EBITDA da Santa Casa foi positivo em +1.648 milhares de euros (-36%) influenciado positivamente em 2.599 milhares de euros pela equivalência patrimonial do NBA, que não se traduz em fluxo financeiro, mas também amenizado pelo recebimento dos dividendos já referidos. Ao considerar os gastos de depreciação e de amortização



15



(aumento de 11% em 2025, face ao ano anterior, por via dos investimentos efetuados ao abrigo de candidaturas a fundos comunitários, PRORURAL+), e, por outro lado, os encargos financeiros suportados (-11% em 2025, face ao ano anterior), obtemos um resultado líquido para o exercício económico de 2025, na ordem dos 913 milhares de euros vs 1.856 milhares de euros, em 2024.

A nível da situação financeira da Santa Casa, não ocorreram alterações significativas, destacando-se a redução do Passivo em -13% para 9.540 milhares de euros. Os valores mais relevantes são os empréstimos bancários que totalizam 3.684 milhares de euros (-34% face a 2024), diferimentos de rendimentos a reconhecer relacionados com as candidaturas da MEP ao FSE (3.517 milhares de euros no Passivo em rendimentos a reconhecer e por contrapartida no Ativo com 4.761 milhares de euros a receber).

Os Capitais próprios aumentaram +10% para 21.821 milhares de euros, devido à equivalência patrimonial dos capitais próprios do NBA cuja participação está registada por um valor de 7.224 milhares de euros, a variação de ajustamentos nos fundos patrimoniais e dos resultados acumulados obtidos em exercícios anteriores.

Nos **Centros de Custos**, explicados em pormenor na Nota 22 do anexo, o desequilíbrio mais acentuado continua a verificar-se na Unidade de Cuidados Continuados com um resultado negativo de - 999 milhares euros, que representa, por si, 62% dos resultados negativos das valências de cariz social (incluindo as creches).

Perspetivas para 2026, apontam para a superação das dificuldades identificadas na Unidade de Cuidados Continuados Integrados, designadamente através da esperada revisão dos valores de comparticipação diária pela prestação de cuidados, contribuindo para uma maior estabilidade operacional da valência. O acordo de base para o funcionamento das valências de ERPI e Creches foram objeto de revisão, com um incremento de 4,9%, em 2025, ainda que para a instituição se constitua como desígnio imperativo a aposta em parcerias e investimentos que acrescentem valor à sua missão e que potenciem a sustentabilidade do seu modelo de intervenção social. Em termos globais, os objetivos para o ano vão no sentido de suster o défice de exploração, sendo igualmente imprescindível prosseguir a intervenção junto do Governo Regional no sentido de assegurar a regularização e calendarização atempadas dos pagamentos decorrentes dos acordos de cooperação, condição essencial para garantir a estabilidade da tesouraria e a continuidade da resposta social prestada pela Santa Casa da Misericórdia de Ponta Delgada

Proposta de aplicação dos resultados de 2025 – a Mesa Administrativa irá propor à Assembleia Geral que os resultados obtidos, no valor de +913.702,99 euros sejam transferidos para Resultados transitados.

16



SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE PONTA DELGADA
BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

Contribuinte : 512012199

Moeda : (Valores em Euros)

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		2025	2024
ACTIVO			
Activo não corrente		24 580 795,17	23 178 312,69
Ativos fixos tangíveis	6	3 976 731,24	4 132 038,76
Bens do património histórico e artístico e cultural	6	23 419,25	23 419,25
Ativos intangíveis	7	14 828,30	13 139,00
Investimentos financeiros	5	20 565 816,38	19 009 715,68
Activo corrente		6 781 247,16	7 665 937,30
Inventários	21	48 432,96	0,00
Créditos a receber	9	158 816,91	150 286,09
Estado e outros entes públicos	12	43 990,30	31 073,77
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	20	550 773,60	550 750,18
Diferimentos	10	19 899,62	18 790,41
Outros ativos correntes	9	5 308 999,36	6 456 601,61
Caixa e depósitos bancários	4	650 334,41	458 435,24
Total do ativo		31 362 042,33	30 844 249,99
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais	13	20 907 777,89	18 053 791,22
Fundos	13	7 224 270,48	7 224 270,48
Resultados transitados	13	-2 015 611,64	-3 871 718,95
Ajustamentos / Outras variações nos fundos patrimoniais	13	15 699 119,05	14 701 239,69
Resultado líquido do período		913 702,99	1 856 107,31
Total dos fundos patrimoniais		21 821 480,88	19 909 898,53
Passivo			
Passivo não corrente		1 200 471,08	3 629 975,76
Provisões		208 019,60	317 546,63
Financiamentos obtidos	8	992 451,48	3 312 429,13
Passivo corrente		8 340 090,37	7 304 375,70
Fornecedores	11	708 543,80	1 040 361,35
Estado e outros entes públicos	12	118 670,89	113 376,66
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	20	0,00	487,00
Financiamentos obtidos	8	2 691 682,40	2 234 149,00
Diferimentos	10	3 517 695,52	2 932 111,08
Outros passivos correntes	11	1 303 497,76	983 890,61
Total do passivo		9 540 561,45	10 934 351,46
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		31 362 042,33	30 844 249,99

A Contabilista Certificada

Daniela Oliveira
217299695
96696

Mesa Administrativa

Maria T. Almeida
Flávia Pereira
Carolina
Isabel



SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE PONTA DELGADA
 DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS
 PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

Contribuinte : 512012199

Moeda : EUROS A

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2 025	2 024
Vendas e serviços prestados	14	1 094 938,77	1 301 898,37
Subsídios, doações e legados à exploração	15	4 696 886,87	4 287 077,11
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	21	-226 391,40	-264 486,69
Fornecimentos e serviços externos	16	-2 160 283,38	-1 805 370,79
Gastos com o pessoal	17	-4 819 044,67	-4 300 821,51
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		0,00	-940,00
Provisões (aumentos/reduções)		113 683,29	-105 585,31
Outros rendimentos	14	3 078 673,77	3 582 960,72
Outros gastos	18	-130 159,93	-117 593,28
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		1 648 303,32	2 577 138,62
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	6 e 7	-455 586,26	-408 672,95
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		1 192 717,06	2 168 465,67
Juros e rendimentos similares obtidos	19	3 216,70	3 803,03
Juros e gastos similares suportados	8	-282 230,77	-316 161,39
Resultados antes de impostos		913 702,99	1 856 107,31
Imposto sobre o rendimento do período			
Resultado líquido do período		913 702,99	1 856 107,31

A Contabilista Certificada

Daniela Oliveira
 217299695
 96696

Mesa Administrativa

Maria José
Reizate

Cardinal
de Jesus

5

**DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024**

Rubricas	Notas	Períodos	
		2025	2024
Fluxos de caixa das actividades operacionais			
Recebimentos de clientes, utentes e associados/irmãos		1 023 419,34	898 020,84
Pagamentos a fornecedores		-1 698 154,40	-1 354 139,91
Pagamentos ao pessoal		-3 397 722,84	-3 978 350,69
Caixa gerada pelas operações		-4 072 457,90	-4 434 469,76
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento			
Outros recebimentos/pagamentos		3 300 360,53	3 868 768,04
Fluxos de caixa das actividades operacionais		-772 097,37	-565 701,72
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
<i>Pagamentos respeitantes a:</i>		-624 520,50	-1 026 910,08
Activos fixos tangíveis	6	-624 520,50	-1 026 910,08
Activos intangíveis			
Investimentos financeiros			
Outros activos			
<i>Recebimentos provenientes de:</i>		3 794 914,09	2 357 074,39
Activos fixos tangíveis		60 000,00	10 000,00
Activos intangíveis			
Investimentos financeiros		173 644,94	168 910,42
Outros activos			
Subsídios ao investimento		1 916 720,05	589 543,83
Juros e rendimentos similares		3 196,24	3 335,74
Dividendos		1 641 352,86	1 585 284,40
Fluxos de caixa das actividades de investimento		3 170 393,59	1 330 164,31
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
<i>Recebimentos provenientes de:</i>		1 125 399,4	1 136 976
Financiamentos obtidos		765 000,00	
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio			
Cobertura de prejuízos		352 505,71	
Doações		7 893,69	8 797,78
Outras operações de financiamento			2 571,98
<i>Pagamentos respeitantes a:</i>		-3 331 796,45	-1 297 009,53
Financiamentos obtidos		-2 627 444,25	-1 032 350,96
Juros e gastos similares		-264 898,52	-224 658,57
Dividendos		-352 505,71	
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio			
Outras operações de financiamento		-86 947,97	-40 000,00
Fluxos de caixa das actividades de financiamento		-2 206 397,05	-1 285 639,77
Variação de caixa e seus equivalentes		191 899,17	-521 177,18
Efeito das diferenças de câmbio		0	0
Caixa e seus equivalentes no início do período	4	458 435,24	979 612,42
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	650 334,41	458 435,24

Januário Oliveira
217299695

96696

As
19



**DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS
NO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 e 2024**

Descrição	Fundos Patrimoniais					Total dos fundos
	Fundos	Resultados Transitados	Excedentes de revalorização	Ajustamentos /outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	
Posição no início de 2024	7 224 270,48	-2 818 751,30		11 436 348,46	1 909 845,86	17 751 713,50
Alterações no Período						
Alterações de políticas contábilísticas						
Outras alterações reconhecidas no capital próprio		-2 962 813,51		3 264 891,69		302 078,18
		-3 012 235,41		3 264 891,69		252 656,28
Resultado Líquido do Período					1 856 107,31	1 905 529,77
Resultado Integral					1 856 107,31	2 158 185,03
Operações com detentores de capital no período						
Aplicação dos resultados de 2023		1 909 845,86			-1 909 845,86	
Posição no fim de 2024	7 224 270,48	-3 871 718,95		14 701 239,69	1 856 107,31	19 909 898,53
Posição no início de 2025	7 224 270,48	-3 871 718,95		14 701 239,69	1 856 107,31	19 909 898,53
Alterações no Período						
Alterações de políticas contábilísticas						
Outras alterações reconhecidas no capital próprio				997 879,36		997 879,36
				997 879,36		997 879,36
Resultado Líquido do Período					913 702,99	913 702,99
Resultado Integral					913 702,99	1 911 582,35
Operações com detentores de capital no período						
Aplicação dos resultados de 2024		1 856 107,31			-1 856 107,31	
Posição no fim de 2025	7 224 270,48	-2 015 611,64		15 699 119,05	913 702,99	21 821 480,88

A Contabilista Certificada

Daniela Oliveira
217299695
96696

Mesa Administrativa

Antonio Carlos
de Almeida

Antonio Carlos
de Almeida



Anexo às Demonstrações Financeiras Individuais

Santa Casa da Misericórdia de Ponta Delgada

[Handwritten mark]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]
HEN
[Handwritten mark] 21

1 – Identificação da entidade

1.1 Dados de identificação

Designação da entidade: Santa Casa da Misericórdia de Ponta Delgada

Número de matrícula no registo comercial: 512012199

Lugar da sede social: Rua Dr. Teófilo de Braga, n.º 2-A – São José, Ponta Delgada, concelho de Ponta Delgada.

Natureza da atividade: Atividades de cuidados de enfermagem em estruturas residenciais.

2 – Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1 Referencial contabilístico utilizado

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com todas as normas que integram o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), as quais contemplam as Bases para Apresentação de Demonstrações Financeiras, os Modelos de Demonstrações Financeiras, o Código de Contas e as Normas Contabilísticas de Relato Financeiro (NCRF). Mais especificamente foram utilizadas as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro para o Sector Não Lucrativo (ESNL)

Na preparação das demonstrações financeiras tomou-se como base os seguintes pressupostos:

- Pressuposto da continuidade

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos registos contabilísticos da entidade, os quais são mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

- Regime da periodização económica (acrécimo)

A entidade reconhece os rendimentos e ganhos à medida que são gerados, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento. As quantias de rendimentos atribuíveis ao período e ainda não recebidos ou liquidados são reconhecidas em “devedores por acréscimos de rendimento”; por sua vez, as quantias de gastos atribuíveis ao período e ainda não pagos ou liquidados são reconhecidas em “Credores por acréscimos de gastos”.

- Materialidade e agregação

As linhas de itens que não sejam materialmente relevantes são agregadas a outros itens das demonstrações financeiras. A entidade não definiu qualquer critério de materialidade para efeito de apresentação das demonstrações financeiras.

- Compensação

Os ativos e os passivos, os rendimentos e os gastos foram relatados separadamente nos respetivos itens de balanço e da demonstração de resultados, pelo que nenhum ativo foi compensado por qualquer passivo nem nenhum gasto por qualquer rendimento, ambos vice-versa.

- Comparabilidade

Handwritten signatures and initials in blue ink.



As políticas contabilísticas e os critérios de mensuração adotados a 31 de dezembro de 2025 são comparáveis com os utilizados na preparação das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024.

2.2 Disposições do SNC que, em casos excepcionais, tenham sido derrogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras

No presente exercício não foram derrogadas quaisquer disposições do ESNL.

2.3 Contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior

As contas do Balanço e da Demonstração de Resultados são todas comparáveis com o período anterior.

3 – Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

3.1 Principais políticas contabilísticas

As principais bases de reconhecimento e mensuração utilizadas foram as seguintes:

- Eventos subsequentes

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam nessa data são refletidos nas demonstrações financeiras. Caso existam eventos materialmente relevantes após a data do balanço são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

- Moeda de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em euro, constituindo esta a moeda funcional e de apresentação. Neste sentido, os saldos em aberto e as transações em moeda estrangeira foram transpostas para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio em vigor à data de fecho para os saldos em aberto e à data da transação para as operações realizadas.

Os ganhos ou perdas de natureza cambial daqui decorrentes são reconhecidos na demonstração de resultados no item de “Juros e rendimentos similares obtidos” se favoráveis ou “Juros e gastos similares suportados” se desfavoráveis, quando relacionados com financiamentos obtidos/concedidos ou em “Outros rendimentos e ganhos” se favoráveis e “Outros gastos ou perdas” se desfavoráveis, para todos os outros saldos e transações.

- Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após o início de utilização dos bens, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada classe de ativos. Não foram apuradas depreciações por componentes.

As despesas com a reparação e manutenção destes ativos são consideradas como gasto no período em que ocorrem. As beneficiações relativamente às quais se estima que gerem benefícios económicos adicionais futuros são capitalizados no item de ativos fixos tangíveis.



As quantias escrituradas dos ativos fixos tangíveis são periodicamente revistas para se determinar eventuais imparidades em relação à quantia recuperável dos respetivos ativos e sempre que for inferior é reconhecida uma perda por imparidade registada de imediato na demonstração de resultados. A reversão de perdas por imparidade determinadas em anos anteriores é registada na demonstração de resultados até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortizações) caso a perda não tivesse sido registada.

Os ativos fixos tangíveis em curso representam bens ainda em fase de construção/instalação, são integrados no item de “ativos fixos tangíveis” e mensurados ao custo de aquisição. Estes bens não foram depreciados enquanto tal, por não se encontrarem em estado de uso.

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico que estiver reconhecido na data de alienação do ativo, sendo registadas na demonstração de resultados no item “Outros rendimentos e ganhos” ou “Outros gastos e perdas”, consoante se trate de mais ou menos valias, respetivamente.

- Ativos intangíveis

À semelhança dos ativos fixos tangíveis, os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas. Observa-se o disposto na respetiva NCRF, na medida em que só são reconhecidos se for provável que deles advenham benefícios económicos futuros, sejam controláveis e se possa medir razoavelmente o seu valor.

As amortizações de ativos intangíveis com vidas úteis definidas são calculadas, após o início de utilização, pelo método da linha reta em conformidade com o respetivo período de vida útil estimado, ou de acordo com os períodos de vigência dos contratos que os estabelecem.

Os ativos intangíveis sem vida útil definida são amortizados num período máximo de 10 anos.

- Investimentos financeiros

Os investimentos financeiros em subsidiárias e empresas associadas consideradas estas últimas como aquelas onde exerce alguma influência sobre as políticas e decisões financeiras e operacionais (participação compreendidas entre 20% a 50% do capital da participada – influência significativa), são registadas pelo método da equivalência patrimonial

Quando a proporção da entidade nos prejuízos acumulados da empresa associada ou participadas excede o valor pelo qual o investimento se encontra registado, o investimento é reportado por valor nulo enquanto o capital próprio da entidade associada não for positivo, exceto nesses casos uma provisão no item do passivo “Provisões” para fazer face a essas obrigações.

- Imposto sobre o rendimento e Imposto sobre o valor acrescentado

A entidade encontra-se no regime geral, mas isenta de IRC, ao abrigo da alínea b) do nº 1 do artigo 10º do CIRC com as restrições previstas no nº 3 do mesmo artigo.

No âmbito do Imposto sobre o valor acrescentado (IVA), a isenção está prevista no nº 7 do artigo 9º do CIVA para atividades relacionadas com a sua atividade social. As outras atividades não diretamente abrangidas pela sua missão social são tributadas às taxas vigentes no CIVA.

- Inventários



Handwritten signature and initials in blue ink, including the name 'Cus' and the number '24'.



As mercadorias, matérias-primas subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo de aquisição, o qual é inferior ao valor de realização, pelo que não se encontra registada qualquer perda por imparidade por depreciação de inventários.

Os produtos e trabalhos em curso encontram-se valorizados ao custo de produção, que inclui o custo dos materiais incorporados, mão-de-obra direta e gastos de produção considerados como normais. Não incluem gastos de financiamento, nem gastos administrativos.

- Créditos a receber e outros valores a receber

As contas de “Créditos a receber (Clientes/Utentes)” e “Outros valores a receber” estão reconhecidas pelo seu valor nominal diminuído de eventuais perdas por imparidade, registadas na conta de “Perdas por imparidade acumuladas”, por forma a que as mesmas reflitam a sua quantia recuperável.

- Caixa e depósitos bancários

Este item inclui caixa, depósitos à ordem e outros depósitos bancários.

- Provisões

A entidade analisa com regularidade os eventos passados em situação de risco e que venham a gerar obrigações futuras. Embora com a subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos necessários para cumprimento destas obrigações futuras, a gerência procura sustentar as suas expectativas de perdas num ambiente de prudência

- Fornecedores e outras contas a pagar

As contas a pagar a fornecedores e outros credores, que não vencem juros, são registadas pelo seu valor nominal que é substancialmente equivalente ao seu justo valor.

- Financiamentos bancários

Os empréstimos são registados no passivo pelo valor nominal recebido líquido de comissões com a emissão desses empréstimos. Os encargos financeiros apurados com base na taxa de juro efetiva são registados na demonstração de resultados em observância do regime da periodização económica.

Os empréstimos são classificados como passivos correntes, a não ser que a entidade tenha o direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por mais de 12 meses após a data de relato, caso em que serão incluídos em passivos não correntes pelas quantias que se vencem além deste prazo.

- Rédito e regime do acréscimo

O rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços decorrentes da atividade normal da entidade. O rédito é reconhecido líquido de abatimentos e descontos.

Os rendimentos dos serviços prestados são reconhecidos na data da prestação dos serviços ou, se periódicos, no fim do período a que dizem respeito.

Os juros recebidos são reconhecidos atendendo ao regime da periodização económica, tendo em consideração o montante em dívida e a taxa efetiva durante o período até à maturidade. Os dividendos são reconhecidos na rubrica “Outros ganhos e perdas líquidas” quando existe o direito de os receber.

- Subsídios

25



Os subsídios do Governo são reconhecidos ao seu justo valor, quando existe uma garantia suficiente de que o subsídio venha a ser recebido e de que a entidade cumpre com todos os requisitos para o receber.

Os subsídios atribuídos a fundo perdido para o financiamento ativos fixos tangíveis e intangíveis estão incluídos no item de “Outras variações nos capitais próprios”. São transferidos numa base sistemática para resultados à medida em que decorrer o respetivo período de depreciação ou amortização.

Os subsídios à exploração destinam-se à cobertura de gastos, incorridos e registados no período, pelo que são reconhecidos em resultados à medida que os gastos são incorridos, independentemente do momento de recebimento do subsídio.

3.2 Alterações nas políticas contabilísticas

A entidade manteve a sua política contabilística de acordo com o princípio da continuidade.

3.3. Correção de erros de períodos anteriores

Os montantes registados nas contas de correções do período anterior são os seguintes:

6881 – Correção relativas a períodos anteriores – 106.393,77€

7881 – Correção relativas a períodos anteriores – 37.379,73€

4 – Fluxos de caixa

4.1. Desagregação dos valores inscritos na rúbrica de caixa e em depósitos bancários

O depósito a prazo de 150.000,00€ constituído na Instituição Financeira Banco Comercial Português serve de garantia, conjuntamente com uma livrança, pela concessão de uma conta corrente caucionada com plafond de 800.000,00€.

Descrição	Saldo inicial	Débitos	Créditos	Saldo final
Caixa	1.551,62	507.613,94	499.858,94	9.306,62
Depósitos à ordem	303.300,10	9.383.433,54	9.199.304,85	487.428,79
Outros depósitos bancários	153.583,52	15,48	0,00	153.599,00

Quadro comparativo:

Descrição	Saldo inicial	Débitos	Créditos	Saldo final
Caixa	2.128,58	392.522,92	393.099,88	1.551,62
Depósitos à ordem	823.915,80	9.560.158,77	10.080.774,47	303.300,10
Outros depósitos bancários	153.568,04	15,48	0,00	153.583,52

5 – Partes relacionadas

A entidade possui uma participação de 30% no Novo Banco dos Açores, SA que lhe confere, entre outros, o direito de nomear um membro para o Conselho Fiscal, um membro para a Mesa da Assembleia e dois administradores para o Conselho de Administração.

O registo desta participação nas demonstrações financeiras faz-se através do método da equivalência patrimonial, conforme parágrafos 57 a 63 da NCRF 13.

Relativamente à Trekking Party – sabores Tradicionais, Unipessoal Lda., foi constituída no início de 2013, com capital social de 197.000,00€ e cujo único sócio é a Santa Casa da Misericórdia de Ponta Delgada. Os seus Órgãos Sociais incluem um Conselho de Gerência composto por um gerente, nomeado pelo sócio, possuindo contabilidade organizada autónoma. A reflexão desta participação nas demonstrações financeiras é através do método da equivalência patrimonial, conforme parágrafos 57 a 63 da NCRF 13.

A entidade tem um relacionamento indireto com o Novo Banco, SA., por via de possuir uma posição acionista maioritária no Novo Banco dos Açores.

Devido à contratação de pessoal após outubro de 2023, passou a existir a obrigatoriedade de descontar para o Fundo de Compensação de Trabalho (FCT). Neste momento, a contribuição está suspensa.

A reflexão dos valores das empresas relacionadas – Subsidiária (Trekking Party) encontram-se espelhadas na rúbrica Investimentos Financeiros:

Descrição	Valores do Período	Valores do Ant. Período
Novo Banco dos Açores (associada)	20.532.538,79	18.976.438,09
Trekking Party (subsidiária)	0,00	0,00
Outros (FCT e Outros)	33.277,59	33.277,59

6 – Ativos fixos tangíveis

6.1 Divulgações para cada classe de ativos fixos tangíveis

Durante o ano de 2025, a entidade deu início à obra de pintura exterior do Lar da Levada. Contudo, esta intervenção, bem como as obras de remodelação da UCCI e da lavandaria, não se encontram ainda concluídas, uma vez que se encontra pendente a verificação e autorização dos autos inerentes às referidas empreitadas. Prevê-se que esta situação fique regularizada no decorrer do ano de 2026.

6.1.1. Divulgações sobre critérios de mensuração, métodos de depreciação e vidas úteis, conforme quadro seguinte:

As depreciações são calculadas pelo uso, após início e durante o período em que os bens estejam a ser utilizados, pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens, em sistema de duodécimos.

Descrição	Base Mensuração	Método Depreciação	Vida Útil	Taxa Depreciação
Edifícios e outras construções	Custo de aquisição	Quotas constantes	entre 10 e 40 anos	2,50 e 10,00
Equipamento básico	Custo de aquisição	Quotas constantes	entre 3 a 8 anos	12,5 a 33,33
Equipamento de transporte	Custo de aquisição	Quotas constantes	entre 4 e 7 anos	14,28 e 25,00
Equipamento administrativo	Custo de aquisição	Quotas constantes	entre 3 a 8 anos	12,5 a 33,33
Outros ativos fixos tangíveis	Custo de aquisição	Quotas constantes	entre 4 e 8 anos	12,5 a 25,00

6.1.2. Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período, conforme quadro seguinte:

Descrição	Bens de património	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento Básico	Equipamento de Transporte
-----------	--------------------	------------------------------	--------------------------------	--------------------	---------------------------

[Handwritten signatures and initials]



Valor bruto no início	23.419,25	94.366,62	13.867.552,04	1.520.368,96	236.803,54
Depreciações acumuladas			12.309.257,72	1.214.419,86	227.341,41
Saldo no início do período	23.419,25	94.366,62	1.558.294,32	305.949,10	9.462,13
Variações do período		(960,49)	(314.541,62)	37.701,04	27.571,54
Total de aumentos				117.205,98	40.822,42
Aquisições em primeira mão				117.205,98	40.822,42
Transferência de conta					
Total de diminuições		960,49	314.541,62	79.504,94	13.250,88
Depreciações do período			314.541,62	79.504,94	13.250,88
Transferência de conta					
Venda		960,49			
Saldo no fim do período	23.419,25	93.406,13	1.243.752,70	343.650,14	37.033,67
Valor bruto no fim do período	23.419,25	93.406,13	13.867.552,04	1.637.574,94	277.625,96
Depreciações acumuladas no fim do período			12.623.799,34	1.293.924,80	240.592,29

(Continuação)

Descrição	Equipamento Administrativo	Outros Ativos Fixos Tangíveis	Investimentos em curso	Total
Valor bruto no início	360.028,46	180.883,62	2.080.918,29	18.364.340,78
Depreciações acumuladas	321.343,96	136.519,82		14.208.882,77
Saldo no início do período	38.684,50	44.363,80	2.080.918,29	4.155.458,01
Variações do período	(6.722,62)	5.379,28	96.265,35	(155.307,52)
Total de aumentos	10.272,40	26.677,69	112.000,32	306.978,81
Aquisições em primeira mão	10.272,40	10.942,72	112.000,32	291.243,84
Transferência de conta		15.734,97		15.734,97
Total de diminuições	16.995,02	21.298,41	15.734,97	462.286,33
Depreciações do período	16.995,02	21.298,41		445.590,87
Transferência de conta			15.734,97	15.734,97
Venda				960,49
Saldo no fim do período	31.961,88	49.743,08	2.177.183,64	4.000.150,49
Valor bruto no fim do período	370.300,86	207.561,31	2.177.183,64	18.654.624,13
Depreciações acumuladas no fim do período	338.338,98	157.818,23		14.654.473,64

Quadro comparativo:

Descrição	Bens de patrimônio	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento Básico	Equipamento de Transporte
-----------	--------------------	------------------------------	--------------------------------	--------------------	---------------------------

Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature and the number 28.

Valor bruto no início	23.419,25	94.366,62	13.410.660,64	1.250.778,36	236.803,54
Depreciações acumuladas			11.824.531,42	1.157.768,62	226.119,68
Saldo no início do período	23.419,25	94.366,62	1.586.129,22	93.009,74	10.683,86
Variações do período			(27.834,90)	212.939,36	(1.221,73)
Total de aumentos			456.891,40	269.590,60	
Aquisições em primeira mão			3.790,00	269.590,60	
Outros aumentos			453.101,40		
Total de diminuições			484.726,30	56.651,24	1.221,73
Depreciações do período			303.468,97	56.651,24	1.221,73
Outras diminuições			181.257,33		
Saldo no fim do período	23.419,25	94.366,62	1.558.294,32	305.949,10	9.462,13
Valor bruto no fim do período	23.419,25	94.366,62	13.867.552,04	1.520.368,96	236.803,54
Depreciações acumuladas no fim do período			12.309.257,72	1.214.419,86	227.341,41

(continuação)

Descrição	Equipamento Administrativo	Outros Ativos Fixos Tangíveis	Investimentos em curso	Total
Valor bruto no início	316.760,44	121.508,26	1.850.657,56	17.304.954,67
Depreciações acumuladas	307.619,57	117.848,86		13.633.888,15
Saldo no início do período	9.140,87	3.659,40	1.850.657,56	3.671.066,52
Variações do período	29.543,63	40.704,40	230.260,73	484.391,49
Total de aumentos	43.268,02	59.375,36	788.921,76	1.618.047,14
Aquisições em primeira mão	43.268,02	59.375,36	788.921,76	1.164.945,74
Transferência de conta				453.101,40
Total de diminuições	13.724,39	18.670,96	558.661,03	1.133.655,65
Depreciações do período	13.724,39	18.670,96		393.737,29
Transferência de conta			453.101,40	453.101,40
Outras diminuições			105.559,63	286.816,96
Saldo no fim do período	38.684,50	44.363,80	2.080.918,29	4.155.458,01
Valor bruto no fim do período	360.028,46	180.883,62	2.080.918,29	18.364.340,78
Depreciações acumuladas no fim do período	321.343,96	136.519,82		14.208.882,77

7 – Ativos intangíveis

7.1 Divulgações para cada classe de ativos intangíveis

7.1.1 Divulgações sobre critérios de mensuração, métodos de amortização e vidas úteis, conforme quadro seguinte:

29



As amortizações são calculadas pelo uso, após início e durante o período em que os bens estejam a ser utilizados, pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens, em sistema de duodécimos.

Descrição	Base Mensuração	Método Depreciação	Vida Útil	Taxa Depreciação
Projetos de desenvolvimento	Custo de aquisição	Quotas constantes	3 anos	33,33
Programas de computador	Custo de aquisição	Quotas constantes	Totalmente amortizado	Totalmente amortizado
Outros ativos intangíveis	Custo de aquisição	Quotas constantes	Totalmente amortizado	Totalmente amortizado

7.1.2. Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período, conforme quadro seguinte:

Descrição	Projetos de desenvolvimento	Programas de computador	Outros ativos intangíveis	Total
Valor bruto no fim do período	96.405,52	151.551,85	15.953,60	263.910,97
Amortizações acumuladas totais no fim do período	81.577,22	151.551,85	15.963,60	246.110,25
Vida útil definida				
Valor bruto no início	86.085,52	151.551,85	15.953,60	253.590,97
Amortizações acumuladas	72.946,52	151.551,85	15.953,60	240.451,97
Saldo no início do período	13.139,00	0,00	0,00	13.139,00
Variações do período	1.689,30			1.689,30
Total de aumentos	10.320,00			
Total diminuições	8.630,70			
Saldo no final do período	14.828,30			14.828,30

Quadro comparativo:

Descrição	Projetos de desenvolvimento	Programas de computador	Outros ativos intangíveis	Total
Valor bruto no fim do período	86.085,52	151.551,85	15.953,60	253.590,97
Amortizações acumuladas totais no fim do período	72.946,52	151.551,85	15.953,60	240.451,97
Vida útil definida				
Valor bruto no início	77.485,52	145.807,12	15.953,60	239.246,24
Amortizações acumuladas	67.190,35	142.372,36	15.953,60	225.516,31
Saldo no início do período	10.295,17	3.434,76	0,00	13.729,93
Variações do período	2.843,83	(3.434,76)		(590,93)
Total de aumentos	8.600,00	5.744,73		14.344,73
Total diminuições	5.756,17	9.179,49		14.935,66
Saldo no final do período	13.139,00	0,00	0,00	13.139,00

8 – Custos de empréstimos obtidos

8.1 Política contabilística adotada nos custos dos empréstimos obtidos capitalizados no período, bem como os reconhecidos em gastos:

Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature and several smaller ones, along with the number 30.



Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

Os custos com empréstimos obtidos, apurados de acordo com a taxa de juros efetiva, são reconhecidos como gasto na demonstração de resultados do exercício de acordo com o pressuposto do acréscimo.

O montante do financiamento obtido para a MEP, em 2024, enquadrava-se no âmbito do processo de transição para o Quadro Comunitário de Apoio “Açores 2030”, ao nível do Fundo Social Europeu (“FSE+”). Em 2025, foram liquidados os dois empréstimos contraídos, ao abrigo da Resolução do Conselho de Governo n.º 1-A/2023 de 6 de janeiro, no valor total de 1.575.000€.

Descrição	Valor corrente do empréstimo	Valor não corrente do empréstimo
Caixa de Crédito Agrícola dos Açores	76.200,00	921.618,13
Novo Banco dos Açores	387.149,00	
Banco Comercial Português	894.444,44	70.833,35
Banco Santander Totta	183.888,96	
Caixa Geral de Depósitos	500.000,00	
Caixa Económica de Angra do Heroísmo	650.000,00	
Total dos empréstimos	2.691.682,40	992.451,48

Quadro comparativo:

Descrição	Valor corrente do empréstimo	Valor não corrente do empréstimo
Caixa de crédito Agrícola dos Açores		1.073.817,93
Novo Banco dos Açores	399.149,00	1.575.000,00
Banco Comercial Português	800.000,00	259.722,23
Banco Santander Totta		403.888,97
Caixa Geral de Depósitos	385.000,00	
Caixa Económica de Angra do Heroísmo	650.000,00	
Total dos empréstimos	2.234.149,00	3.312.429,13

8.2 Outras Divulgações

O valor desta rubrica corresponde aos juros pagos pelo empréstimo governamental para financiar as atividades da escola, pela sua totalidade sendo o valor posteriormente reembolsado ao abrigo do disposto na Resolução de Conselho de Governo n.º 1-A/2023 de 6 de janeiro.

Descrição	Valor do Período	Valor Período Anterior
Juros e gastos similares suportados	282.230,77	316.161,39
Juros suportados	282.230,77	316.161,39

9 – Créditos a receber

9.1. Clientes/Utentes

Descrição	Valor do Período	Valor Período Anterior
Clientes e Utentes		
Utentes	165.505,61	136 036,19
Clientes		
Trekking Party	81.927,20	52 880,93
	247.432,81	190 332,54
Perdas por imparidade acumuladas	38 631,03	38 631,03
	208.801,78	151 701,51
Adiantamento de utentes	49.984,87	11 822,17



9.2. Outros Ativos Correntes

Os valores apresentados nestas contas correspondem aos orçamentos aprovados pelo FSE para os diversos cursos, sendo que no ano de 2025 foram registados os diversos montantes aprovados nos projetos de execução de cursos de formação profissional, em termos plurianuais, por contrapartida da conta Outros Proveitos Diferidos.

Descrição	Valor do Período	Valor Período Anterior
Outros Ativos Correntes		
ISSA – Acordos de cooperação	37.753,86	33 834,15
ISSA – Situações de calamidade		391 569,24
Secretaria Regional da Solidariedade Social	139 416,95	151 157,08
Fundo Regional do Emprego	12 661,66	28 291,53
Direção Regional de Saúde	110.854,13	158 008,25
HDES	32 045,40	32 045,40
Programa Escolhas – ACIDI IP	24 255,69	24 255,69
Aurora Social	22 265,29	10 885,42
Fundo Social Europeu	4 760 949,69	5 659 616,24
Ap. Mod. Esc. Profissionais RAA PRR	16 892,79	59 130,18
Prorural +-7.4.1-Feader-004050	126 702,90	
Rendas a receber	19 827,13	23 516,58
Outros devedores	5 373,87	23 186,17
	5 308 999,36	6 595 495,93
Perdas por imparidade acumuladas	(138 894,32)	(138 894,32)
Total líquido	5 170 105,04	6 456 601,61

10 – Diferimentos

10.1. Desagregação dos valores inscritos na rúbrica de diferimentos

Os valores apresentados nestas contas correspondem aos orçamentos aprovados pelo FSE para os diversos cursos, sendo que no ano de 2025 foram registados os diversos montantes que estavam aprovados, referentes aos vários cursos plurianuais por contrapartida da conta Outras Contas a Receber.

Descrição	Saldo devedor	Saldo credor	Saldo devedor período anterior	Saldo credor período anterior
Gastos a reconhecer	19 899,62		18 790,41	
Seguros	15 947,07		15 571,23	
Outros gastos a reconhecer	3 952,55		3 219,18	
Rendimentos a reconhecer		3 517 695,52		2 932 111,08
Fundo Social Europeu		3 517 695,52		2 918 261,72
Fundo Regional do Emprego				13 849,36

11 – Contas a pagar

11.1. Fornecedores

Descrição	Valor do Período	Valor Período Anterior
Fornecedores		
Fornecedores - Gerais	442 420,35	537 341,65
Fornecedores - Subsidiárias	268 118,46	127 353,28
Adiantamento a fornecedores	1 995,01	8 068,67

11.2 Outros Passivos Correntes

Descrição	Valor do Período	Valor Período Anterior
Outros passivos correntes		
Pessoal	16 079,05	2 017,16



Férias e Subsídios de férias	686.515,40	617.994,93
Fornecedores de investimento	132.148,42	503.019,70
Prestadores de serviços	250,00	52.536,66
Juros a liquidar	3.001,66	5.467,87
Utentes – 20% poupanças	175.635,64	164.266,07
Garantias	18,00	18,00
Diversos	150.955,27	141.589,92

12 – Estado e Outros Entes Públicos

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte da administração fiscal durante um período de 4 e 5 anos no que respeita à segurança social, exceto quando tenham ocorrido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções fiscais, reclamações ou impugnações, caso estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos.

A Mesa Administração da Santa Casa entende que as correções resultantes de revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais às declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024.

Descrição	Saldo devedor	Saldo credor	Saldo devedor período anterior	Saldo credor período anterior
Imposto sobre o rendimento de pessoas singulares				
Trabalho dependente		15.091,00		15.555,00
Rendimentos profissionais		8.039,96		11.189,31
Imposto sobre o valor acrescentado				
IVA – a recuperar/ a pagar		872,31		803,20
IVA Restituições de outros regimes	43.990,22		31.073,77	
Segurança Social		94.667,62		85.829,15

13 – Fundos Patrimoniais

O valor registado em outras variações nos fundos patrimoniais advém da candidatura aprovada ao Plano de Resiliência e recuperação, ao qual a escola concorreu.

Descrição	Saldo inicial	Apropriação de resultados	Variações	Saldo final
Fundos	7.224.270,48			7.224.270,48
Resultados transitados	- 3.871.718,95	1.856.107,31		- 2.015.611,64
Ajustamentos/variações nos F. Patrimoniais	14.701.239,69		997.879,36	15.699.119,05
Sub- Total	18.053.791,22	1.856.107,31	997.879,36	20.907.777,89
Resultado líquido do período	1.856.107,31	(1.856.107,31)	913.702,99	913.702,99
Total dos Fundos Patrimoniais	19.909.898,53		1.925.261,98	21.821.480,88

14 – Rendimentos

14.1. – Serviços Prestados

Descrição	Valor do Período	Valor Período Anterior
Creches	8.106,24	7.928,86
Lares	687.855,12	643.080,68
Cuidados Continuados	263.093,95	222.456,12
Situações de Calamidade	77.376,14	391.569,24

[Handwritten signatures and initials]



Estacionamento	35 030,40	31 573,50
Escola Profissional MEP	18 540,00	
Quotizações dos associados	4 936,92	5 289,97

14.2. – Outros rendimentos

No caso da Escola Profissional nesta conta estão registadas, a imputação dos subsídios ao investimento, as receitas de estorno de seguros e recebimentos de “Exames de épocas especiais”, bem assim como correções relativas a anos anteriores.

Descrição	Valor do Período	Valor Período Anterior
Rendimentos suplementares	7 396,90	7 643,95
Rendimentos e ganhos em associadas	2 599 830,24	3 282 714,68
Rendas	196 855,47	200 970,19
Alienações	69 039,51	
Imputação de subsídios ao investimento	109 949,44	42 329,21
Donativos	9 220,67	8 222,94
Consignação de IRS	597,93	574,84
Reembolso de gastos	12 037,49	17 560,36
Correções relativas a exercícios anteriores	37 379,73	9 064,93
Outros rendimentos	36 366,39	13.879,62
Total	3 078 673,77	3 582 960,72

15 – Subsídios, Doações e Legados à Exploração

Os subsídios do governo são reconhecidos ao seu justo valor, quando existe uma garantia suficiente de que o subsídio venha a ser recebido e de que a entidade cumpre com todos os requisitos para o receber.

Os subsídios à exploração destinam-se à cobertura de gastos, pelo que são reconhecidos em resultados à medida que os gastos são incorridos, independentemente do momento do recebimento do subsídio.

Os subsídios recebidos de terceiros, para compartilhar as despesas de exploração, são registados como proveitos do exercício a que respeitam, na rubrica da demonstração dos resultados Subsídios de Exploração, sendo diferido o valor estimado correspondente aos custos a imputar no ano seguinte, bem como o registo na conta 751110 do montante do apoio recebido (77,744,74€), equivalente ao montante de juros suportados no âmbito do financiamento atinente ao processo de transição para o Quadro Comunitário Açores2030, na conta 751111 o montante do projeto Qualifica in no montante de 6.570,00€, e na conta 752 e 758 um valor de 200€ e 550€, da Câmara Municipal de Ponta Delgada e de outras entidades respetivamente.

Descrição	Valor do Período	Valor Período Anterior
ISSA	2 486 157,47	2 232 715,74
Direção Regional de Saúde	728 014,37	560 004,80
Fundo Regional do emprego	7 559,46	40 446,62
Fundo Social Europeu	1 475 083,69	1 453 909,95
Doação em espécie	71,88	
Total	4 696 886,87	4 287 077,11

16 – Fornecimento e Serviços Externos

Descrição	Valor do Período	Valor Período Anterior
Subcontratos	1 699 114,39	1 391 125,86
Trabalhos especializados	65 963,84	65 825,95
Honorários	5 973,28	6 147,60
Conservação e reparação	55 345,88	32 393,44
Material de escritório	17 034,75	8.672,11
Eletricidade	85 171,86	83.413,75
Combustíveis	29 286,03	27 260,40

Handwritten signatures and initials:
Am
G.A.
E.H.
34



Água	25 615,84	24 484,50
Comunicações	29 931,35	27 729,93
Seguros	16 181,42	15 788,14
Contencioso e notariado	132,50	1 726,00
Limpeza, higiene e conforto	99 850,15	83 237,56
Outros	30 682,09	37 565,55
Total	2 160 283,38	1 805 370,79

Discriminação da rubrica dos subcontratos:

Descrição	Valor do Período	Valor Período Anterior
Subcontratos	1 699 114,39	1 391 125,86
Prestadores de cuidados de saúde	182 352,80	164 207,88
Resíduos hospitalares	14 997,73	11 663,37
Formação Profissional MEP	692 914,02	644 706,76
Fornecimento de refeições	808 849,84	570 547,85

17 – Benefícios dos empregados

17.1. Benefícios dos empregados e encargos da entidade

17.1.1. – Benefícios dos empregados

De acordo com a Agenda do Trabalho Digno o montante das contribuições efetuadas pela entidade no Fundo de Compensação do Trabalho (FCT) irá ser convertido em medidas de apoio aos empregados.

Descrição	Valor período	V. período anterior
Investimentos financeiros	27.982,23	27.982,23

17.1.2 – Encargos da entidade

O número médio de trabalhadores ao Serviço da Santa Casa:

Descrição	Homens	Mulheres	Total
Ano 2025	43	182	225
Ano 2024	39	166	205

A nível de gastos com pessoal a Entidade suportou os seguintes gastos:

Descrição	Valor período	V. período anterior
Gastos com pessoal	4 819 044,67	4 300 821,51
Remunerações do pessoal	3 914 303,71	3 488 983,69
Encargos sobre remunerações	822 545,88	736 798,45
Seguros de acidentes de trabalho e doenças profissionais	70 731,93	62 178,36
Outros gastos com pessoal	11 463,15	12 861,01

18 – Outros gastos

Descrição	Valor período	V. período anterior
Outros Gastos	130 159,93	117 593,28
Impostos	0,08	0,96
Dívidas incobráveis	114,72	4 995,04
Correções relativas a exercícios anteriores	106 393,77	31 036,47
Quotizações	2 820,00	2 700,00
Insuficiência de estimativa para férias	19 735,69	76 900,25
Outros	1 095,67	1 960,56

[Handwritten signatures and initials]



19 – Juros e Rendimentos Similares Obtidos

Descrição	Valor período	V. período anterior
Juros de financiamento concedidos	35,94	726,15
Juros certif. Renda perpétua	3 180,76	3 076,88

20 – Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

Descrição	Valor período	V. período anterior
Quotas	38 956,99	35 637,07
Financiamentos concedidos – Trekking Party	541 159,00	543 968,50

21 – Inventários

21.1. Políticas contabilísticas adotadas na mensuração dos inventários e fórmula de custeio usada

O método de custeio dos inventários adotado pela entidade foi o do custo médio ponderado.

21.2. Quantia escriturada dos inventários

Descrição	Mercadorias	Mat. Primas e Subsid.	Materiais de Consumo	Total Período
Inventários iniciais	0	0	0	0
Compras	2 570,00	57 603,86	214 650,50	274 824,36
Inventários Finais	329,97	4 516,01	43 586,98	48 442,96
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	2 240,03	53 087,85	171 063,52	226 391,40

22 – Centros de Custos

A publicação do Decreto-Lei nº 98/2015, de 2 de junho, veio determinar importantes alterações no sistema contabilístico, designadamente, impondo a consolidação de contas e a necessária revisão de critérios de imputação daí decorrentes.

Por conseguinte, com a obrigatoriedade de apresentação de Contas Consolidadas houve necessidade de se criar Centros de Custos que agregassem os Gastos/Rendimentos das empresas participadas (TP), associadas (NBA) e outras partes relacionadas (NB).

Dos doze centros de custos existentes em atividade, e comparando 2025 com 2024, quatro apresentam resultados positivos, a saber, parque de estacionamento (+28.858 euros Vs. 28.374 euros) a Trekking Party (+77.057 euros vs. -136.487 euros), o NBA (+2.543.424 euros vs. +3.224.420 euros), e a MEP (+189.132 euros vs. +242.336 euros). Ao invés, temos oito centros de custos com resultados negativos, com realce para a Unidade de Cuidados Continuados (-1.005.944 euros vs. -544.152 euros) o Lar da Levada (-393.730 euros vs. -199.153 euros), a Creche A Pequenada (-90.137 euros vs. -70.264 euros), a Creche O Regaço (-92.806 euros vs. -74.615 euros), a Creche A Joaninha (-37.689 euros vs. +7.578 euros) e Gestão Patrimonial (-278.396 euros vs. -386.544 euros).

O resultado acumulado dos centros de custos relacionados com valências sociais foi de -1.620.306 euros (-880.607 euros em 2024), um agravamento de 739.699 euros.



Os quadros abaixo mostram o desempenho dos centros de custos no período em análise:

Valores em €

Entidade: Santa Casa da Misericórdia de P. Delgada Demonstração dos Resultados por Centros de Custos - 2025	Notas	C. "A Pequeneda" 900101	C. "O Regaço" 900102	C. "A Joanelha" 900103	VAS MI, II, III e IV 900201	Lar Levada 900301
Rendimentos						
Vendas e Serviços prestados		2 513,75	2 262,44	3 330,05	-	687 855,12
Subsídios, doações e legados à exploração		290 385,27	250 787,19	290 385,27	-	1 183 075,85
Varição nos inventários de produção		-	-	-	-	-
Ganhos imputados de associadas		-	-	-	-	-
Outros rendimentos (inclui reversões)		26 127,32	1 811,87	23 306,82	-	77 071,16
TOTAL		319 026,34	254 861,50	317 022,14	-	1 948 002,13
Gastos						
CMVMC		4 605,09	3 102,48	3 828,26	-	102 942,37
Fornecimentos e serviços externos		62 904,74	57 324,67	61 039,00	-	670 167,50
Gastos com o pessoal		320 936,82	283 942,75	269 760,79	-	1 484 222,76
Perdas imputadas a associadas		-	-	-	-	-
Outros gastos (inclui imparidades)		1 185,12	1 009,19	2 677,79	-	17 845,49
TOTAL		389 631,77	345 379,09	337 305,84	-	2 275 178,12
Res. Antes de deprec., gastos de financ. E impostos		70 605,43	90 517,59	20 283,70	-	327 175,99
Gastos/reversões de depreciação e amortização		19 531,32	2 288,87	17 405,13	312,00	66 553,81
Resultado Operacional		90 136,75	92 806,46	37 688,83	312,00	393 729,80
Juros e rendimentos similares obtidos		-	-	-	-	-
Juros e rendimentos similares suportados		-	-	-	-	-
Resultados antes de impostos		90 136,75	92 806,46	37 688,83	312,00	393 729,80
Imposto sobre o rendimento do período		-	-	-	-	-
Resultado líquido do período		90 136,75	92 806,46	37 688,83	312,00	393 729,80

Valores em €

Entidade: Santa Casa da Misericórdia de P. Delgada Demonstração dos Resultados por Centros de Custos - 2025	Notas	CCContinuados 9004001	G. Patrimonial 900501	Parque Estac. 900502	Trekking Party 900503	NBA 900504
Rendimentos						
Vendas e Serviços prestados		340 470,09	5 745,92	34 221,40	-	-
Subsídios, doações e legados à exploração		1 207 169,60	-	-	-	-
Varição nos inventários de produção		-	-	-	-	-
Ganhos imputados de associadas		-	-	-	-	-
Outros rendimentos (inclui reversões)		9 731,09	258 447,43	15,20	141 411,66	2 602 079,48
TOTAL		1 557 370,78	264 193,35	34 236,60	141 411,66	2 602 079,48
Gastos						
CMVMC		111 913,20	-	-	-	-
Fornecimentos e serviços externos		540 797,07	37 334,69	4 805,96	5 660,26	4 127,08
Gastos com o pessoal		1 777 395,31	121 455,31	354,91	57 652,01	34 008,68
Perdas imputadas a associadas		-	-	-	-	-
Outros gastos (inclui imparidades)		66 799,90	9 177,11	2,36	277,90	212,05
TOTAL		2 496 905,48	167 967,11	5 163,23	63 590,17	38 347,81
Res. Antes de deprec., gastos de financ. E impostos		939 534,70	96 226,24	29 073,37	77 821,49	2 563 731,67
Gastos/reversões de depreciação e amortização		66 409,59	217 020,45	215,85	785,92	580,02
Resultado Operacional		1 005 944,29	120 794,21	28 857,52	77 035,57	2 563 151,65
Juros e rendimentos similares obtidos		-	3 195,35	-	21,35	-
Juros e rendimentos similares suportados		-	160 797,34	-	-	19 727,68
Resultados antes de impostos		1 005 944,29	278 396,20	28 857,52	77 056,92	2 543 423,97
Imposto sobre o rendimento do período		-	-	-	-	-
Resultado líquido do período		1 005 944,29	278 396,20	28 857,52	77 056,92	2 543 423,97

37



		Valores em €	
Entidade: Santa Casa da Misericórdia de P. Delgada Demonstração dos Resultados por Centros de Custos - 2025	Notas	Novo Banco 900505	MEP 900701
Rendimentos			
Vendas e Serviços prestados		-	18 540,00
Subsídios, doações e legados à exploração		-	1 475 083,69
Variação nos inventários de produção		-	-
Ganhos imputados de associadas		-	-
Outros rendimentos (inclui reversões)		931,31	51 423,72
TOTAL		931,31	1 545 047,41
Gastos			
CMVMC		-	-
Fornecimentos e serviços externos		3 318,74	712 803,67
Gastos com o pessoal		22 678,79	446 636,54
Provisões		-	-
Outros gastos (inclui imparidades)		186,53	30 786,49
TOTAL		26 184,06	1 190 226,70
Res. Antes de deprec., gastos de financ. E impostos		- 25 252,75	354 820,71
Gastos/reversões de depreciação e amortização		500,24	63 983,06
Resultado Operacional		- 25 752,99	290 837,65
Juros e rendimentos similares obtidos		-	-
Juros e rendimentos similares suportados		-	101 705,75
Resultados antes de impostos		- 25 752,99	189 131,90
Imposto sobre o rendimento do período		-	-
Resultado líquido do período		- 25 752,99	189 131,90

23 – Outras divulgações

23.1 Situação perante as Finanças e Segurança Social

- Impostos em mora

A entidade apresenta a sua situação regularizada perante as Finanças, tendo liquidado as suas obrigações fiscais nos prazos legalmente estipulados. Não existem acordos de regularização de dívidas.

- Dívidas à Segurança Social em mora

A entidade apresenta a sua situação regularizada perante a Segurança Social, tendo liquidado as suas obrigações legais nos prazos legalmente estipulados. Não existem acordos de regularização de dívidas.

23.2 Outras divulgações consideradas relevantes para melhor compreensão da posição financeira e dos resultados

Durante o exercício de 2025, o enquadramento económico internacional foi marcado por um contexto de incerteza geopolítica (manutenção da guerra da Ucrânia e tensões no médio oriente), volatilidade nos preços da energia e manutenção de pressões inflacionistas em diversas economias. A evolução dos preços do petróleo, as perturbações nas cadeias logísticas internacionais e as alterações nas políticas monetárias europeias contribuíram para o aumento dos custos de transporte, energia e matérias-primas. Considerando que a Região Autónoma dos Açores, e em particular a



ilha de São Miguel, depende significativamente da importação de bens e produtos provenientes do exterior, estas dinâmicas tiveram impacto indireto na evolução dos preços de bens e serviços no mercado regional ao longo do ano de 2025.

Daniela Oliveirinha

CC 96696

39



**SANTA CASA DA MISERICÓRDIA
DE PONTA DELGADA**

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
CONSOLIDADAS COM REFERÊNCIA A**

31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024



Demonstrações financeiras consolidadas

A alteração ao SNC com a publicação do Decreto-Lei nº 98/2015, de 2 de junho, com efeitos a partir de 1 de janeiro de 2016, teve como resultado a obrigatoriedade da Santa Casa consolidar contas, dado que ultrapassava dois dos três limites de referência: total de Balanço superior a 6 milhões de euros e número médio de empregados superior a 50.

O perímetro da consolidação integral em 2025 abrangeu a subsidiária detida a 100%, a Trekking Party, Unipessoal, Lda. O Novo Banco dos Açores, SA., como empresa associada detida em 30%, manteve o método de equivalência patrimonial.

No âmbito desta consolidação integral da Trekking Party, Unipessoal, Lda. (TP) foram adicionados, a 100%, os ativos, passivos, fundos patrimoniais e capitais próprios, rendimentos e gastos da empresa-mãe e da sua subsidiária. Foram expurgadas das contas da empresa-mãe os efeitos do método de equivalência patrimonial na rubrica de investimentos e nos fundos patrimoniais. São eliminados os saldos intra grupo e as operações recíprocas.

Após os ajustamentos realizados (Notas 4 e 5), o Resultado líquido consolidado do período (+948 milhares de euros) não teve alteração significativa face ao valor do Resultado líquido individual do período (+913 milhares de euros) equivalente ao somatório do resultado positivo da TP que não foi sujeito a equivalência patrimonial devido à inexistência de capitais próprios positivos, mais o valor de 50% do IVA inerente ao fornecimento de refeições pela TP no ano de 2025, que se assume como um gasto para a Santa Casa. As alterações na estrutura dos resultados foram menos expressivos, em termos de relevância material ao nível de exploração, com o EBITDA consolidado a ser menos expressivo (+952 milhares de euros face a 1.905 milhares de euros), por via da diminuição dos rendimentos financeiros (equivalência patrimonial, NB-A), e pelo aumento de gastos com fornecimentos e serviços externos (-2.229 milhares de euros em 2025 face a -1.876 milhares em 2024) e em gastos com pessoal (-5.257 milhares de euros em 2025 face a -4.698 milhares em 2024). A nível patrimonial, o Ativo líquido consolidado atinge os 31.308 milhares de euros (31.362 milhares de euros a nível individual) devido ao aumento dos Ativos Fixos Tangíveis. O Passivo diminui para 9.487 milhares de euros, quando a nível individual atinge os 9.540 milhares de euros, por via da incorporação dos fornecedores externos da TP e do financiamento reembolsável, sem juros, do SIDER. Os Capitais próprios mantêm-se ao mesmo nível, no valor de 21.821 milhares de euros.

Ao considerar os gastos de depreciação e de amortização consolidados (aumento de 11% em 2025, face ao ano anterior, essencialmente por via dos investimentos efetuados ao abrigo de candidaturas a fundos comunitários, PRORURAL+), e, por outro lado, os encargos financeiros suportados (-12% em 2025, face ao ano anterior), a que



se acrescenta o apuramento do imposto sobre o rendimento do período (tributação de resultados da TP), obtemos um resultado líquido consolidado para o exercício económico de 2025, na ordem dos 948 milhares de euros vs 1.905 milhares de euros, em 2024.

A Contabilista Certificada

Mesa Administrativa



SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE PONTA DELGADA
BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 CONSOLIDADO

Contribuinte : 512012199

Moeda : (Valores em Euros)

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		2025	2024
ACTIVO			
Activo não corrente		25 121 335,17	23 734 219,90
Ativos fixos tangíveis		4 505 540,22	4 676 334,35
Bens do património histórico e artístico e cultural		23 419,25	23 419,25
Ativos intangíveis		14 828,30	13 139,00
Investimentos financeiros		20 577 547,40	19 021 327,30
Activo corrente		6 187 224,79	7 103 732,08
Inventários		58 844,39	13 718,04
Créditos a receber		87 204,90	102 268,77
Estado e outros entes públicos		44 074,73	31 073,77
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		9 614,60	6 781,68
Diferimentos		21 466,57	19 673,56
Outros ativos correntes		5 309 837,32	6 455 915,45
Caixa e depósitos bancários		656 182,28	474 300,81
Total do ativo		31 308 559,96	30 837 951,98
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais		20 873 151,32	18 004 368,76
Fundos		7 224 270,48	7 224 270,48
Resultados transitados		-2 050 238,21	-3 921 141,41
Ajustamentos / Outras variações nos fundos patrimoniais		15 699 119,05	14 701 239,69
Resultado líquido do período		948 329,56	1 905 529,77
Total dos fundos patrimoniais		21 821 480,88	19 909 898,53
Passivo			
Passivo não corrente		1 036 337,77	3 371 437,15
Provisões		0,00	0,00
Financiamentos obtidos		1 028 320,65	3 362 645,97
Outras dívidas a pagar		8 017,12	8 791,18
Passivo corrente		8 450 741,31	7 556 616,30
Fornecedores		714 233,52	1 250 871,69
Estado e outros entes públicos		148 907,31	137 071,06
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	487,00
Financiamentos obtidos		2 706 030,07	2 248 496,67
Diferimentos		3 517 695,52	2 932 485,27
Outros passivos correntes		1 363 874,89	987 204,61
Total do passivo		9 487 079,08	10 928 053,45
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		31 308 559,96	30 837 951,98

A Contabilista Certificada

Daniela Oliveira
217299695
96696

Mesa Administrativa

Imaculada
de Jesus

Luís
de Jesus



SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE PONTA DELGADA
 DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS CONSOLIDADA
 PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

Contribuinte : 512012199

Moeda : EUROS

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2025	2024
Vendas e serviços prestados	4 e 5	1 338 328,96	1 554 954,79
Subsídios, doações e legados à exploração	4	4 696 686,87	4 287 077,11
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	4	-600 410,71	-636 969,31
Fornecimentos e serviços externos	4 e 5	-1 395 645,53	-1 308 974,22
Gastos com pessoal	4 e 5	-5 257 486,39	-4 698 640,14
Imparidade de dívidas a receber (perdas reversões)	4	0,00	-940,00
Provisões (aumentos reduções)	4	0,00	0,00
Outros rendimentos	4 e 5	3 061 406,64	3 565 226,53
Outros gastos	4 e 5	-136 732,47	-120 750,20
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		1 706 417,37	2 643 990,56
Gastos reversões de depreciação e de amortização	4 e 5	-474 710,46	-430 264,87
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		1 231 706,91	2 213 725,69
Juros e rendimentos similares obtidos	4 e 5	3 195,55	3 092,21
Juros e gastos similares suportados	4 e 5	-282 250,77	-316 288,15
Resultados antes de impostos		952 671,49	1 900 529,77
Imposto sobre o rendimento do período		-4341,93	
Resultado líquido do período		948 329,56	1 900 529,77

A Contabilista Certificada

Daniela Oliveira
 217299695
 96696

Mesa Administrativa,

Imaculada
de Jesus
de Jesus

Cardinal
de Jesus

**DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADOS
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024**

Rubricas	Notas	Períodos	
		2025	2024
Fluxos de caixa das actividades operacionais			
Recebimentos de clientes, utentes e associados/irmãos		1 284 342,84	784 531,53
Pagamentos a fornecedores		-1 462 555,83	-1 535 496,93
Pagamentos ao pessoal		-3 708 069,22	-3 557 468,00
Caixa gerada pelas operações		-3 886 282,21	-4 308 433,40
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento			
Outros recebimentos/pagamentos		3 119 740,75	3 910 870,00
Fluxos de caixa das actividades operacionais		-766 541,46	-397 563,40
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
<i>Pagamentos respeitantes a:</i>			
Activos fixos tangíveis	6	-625 184,02	-618 841,36
Activos intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros		0,00	-2 488,78
Outros activos		0,00	
<i>Recebimentos provenientes de:</i>			
Activos fixos tangíveis		3 794 969,08	2 041 866,33
Activos intangíveis		60 054,99	121 500,00
Investimentos financeiros		0,00	0,00
Outros activos		173 644,94	129 860,74
Subsídios ao investimento		0,00	
Juros e rendimentos similares		1 916 720,05	1 090 890,31
Dividendos		3 196,24	4 012,26
Dividendos		1 641 352,86	695 603,02
Fluxos de caixa das actividades de investimento		3 169 785,06	1 423 024,97
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
<i>Recebimentos provenientes de:</i>			
Financiamentos obtidos		1 125 399,40	667 383,08
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio		765 000,00	650 000,00
Cobertura de prejuízos		0,00	0,00
Doações		352 505,71	0,00
Outras operações de financiamento		78 93,69	8 605,19
<i>Pagamentos respeitantes a:</i>			
Financiamentos obtidos		-3 346 761,53	-1 420 678,00
Juros e gastos similares		-2 642 409,33	-1 279 178,00
Dividendos		-264 898,52	-141 500,00
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio		-352 505,71	0,00
Outras operações de financiamento		0,00	0,00
Outras operações de financiamento		-86 947,97	0,00
Fluxos de caixa das actividades de financiamento		-2 221 362,13	-753 294,92
Variação de caixa e seus equivalentes		181 881,47	272 166,65
Efeito das diferenças de câmbio		0	0,00
Caixa e seus equivalentes no início do período	4	474 300,81	707 445,51
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	656 182,28	979 612,42

A Contabilista Certificada

Mesa Administrativa

Daniel Oliveira
217299695
96696

Mesa Administrativa
Carolina
45



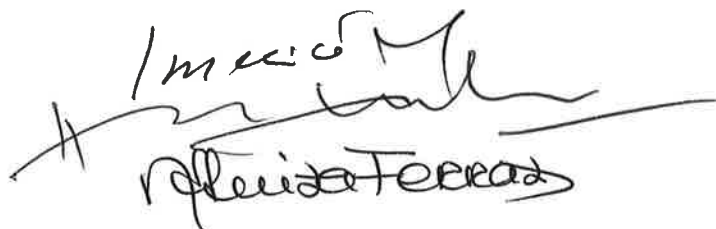
DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS

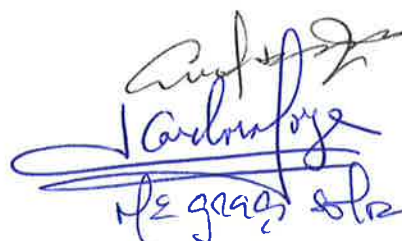
Descrição	Fundos Patrimoniais Consolidados					Total dos fundos
	Fundos	Resultados Transitados	Excedentes de reavaliação	Ajustamentos /outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	
Posição no início de 2024	7.224.270,48	-2.880.462		11.436.348	1.971.556	17.751.714
Alterações no Período						
Alterações de políticas contábeis						
Outras alterações reconhecidas no capital próprio		-3.012.235,41		3.264.891,69		252.656,28
		-3.012.235,41		3.264.891,69		252.656,28
Resultado Líquido do Período					1.905.529,77	1.905.529,77
Resultado Integral					1.905.529,77	2.158.184,53
Operações com detentores de capital no período						
Aplicação dos resultados de 2023		1.971.556			-1.971.556	
Posição no fim de 2024	7.224.270,48	-3.921.141,41		14.701.239,69	1.905.529,77	19.909.898,53
Posição no início de 2025	7.224.270,48	-3.921.141,41		14.701.239,69	1.905.529,77	19.909.898,53
Alterações no Período						
Alterações de políticas contábeis						
Outras alterações reconhecidas no capital próprio		34.626,57		997.879,36		1.032.505,93
		34.626,57		997.879,36		1.032.505,93
Resultado Líquido do Período					948.329,56	948.329,56
Resultado Integral					948.329,56	948.329,56
Operações com detentores de capital no período						
Aplicação dos resultados de 2024		1.905.529,77			-1.905.529,77	
Posição no fim de 2025	7.224.270,48	-2.050.238,21		15.699.119,05	948.329,56	21.821.480,88

A Contabilista Certificada

Mesa Administrativa


 Daniela da Silveira
 217299695
 96696


 Mesa Administrativa


 Mesa Administrativa



Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas
Santa Casa da Misericórdia de Ponta Delgada

47



ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS PARA O PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

1-IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE-MÃE E DAS SUBSIDIÁRIAS CONSOLIDADAS INTEGRALMENTE

- 1.1 – **Designação da entidade-mãe:** Santa Casa da Misericórdia de Ponta Delgada (Santa Casa)
- 1.2 – **Sede:** Rua Dr. Teófilo de Braga 2-A – São José, Ponta Delgada, concelho de Ponta Delgada.
- 1.3 – **NIPC:** 512 012 199
- 1.4 – **Natureza da atividade:** Atividades de apoio social, com alojamento, n. e. – CAE Rev 3 – 87 902.
- 1.5 – Sempre que não exista outra referência, os montantes encontram-se expressos em unidade de euro.

A entidade sujeita a consolidação integral com a casa mãe foi:

A Trekking Party – Sabores Tradicionais, Unipessoal, Lda. (TP), com sede no Campo de São Francisco s/nº, freguesia de São José, Ponta Delgada, com o número de identificação fiscal 510 442 609, é uma sociedade unipessoal por quotas, cuja sócia única é a Santa Casa da Misericórdia de Ponta Delgada, constituída em 8 de janeiro de 2013, que tem por objeto a restauração, confeção de refeições prontas para levar para casa e fornecimento de refeições para eventos, e atividades agrícolas. A empresa iniciou a atividade em 22 de janeiro de 2013.

2-REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas respeitando as alterações ao Sistema de Normalização Contabilística (SNC), aprovado pelo Decreto-lei nº98/2015, de 2 de junho, que transpões para o ordenamento jurídico interno a Diretiva nº 2013/34/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de junho de 2013. A publicação do Decreto-Lei nº 98/2015, de 2 de junho visou para além da transposição da citada diretiva, proceder à unificação e clareza do sistema contabilístico, aprovado pelo Decreto-lei nº 158/2009, de 13 de julho, com as sucessivas alterações de que foi objeto.

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), aplicando-se o nível de normalização contabilística correspondente às Entidades do Setor Não Lucrativo (SNC-ESNL), no âmbito da Portaria nº 220/2015 de 24 de junho.



As alterações acima referidas levaram, com efeito a partir de 1 de janeiro de 2016, à obrigatoriedade da Santa Casa consolidar contas dado que ultrapassava dois dos três limites de referência: total de Balanço superior a 6 milhões de euros e número médio de empregados superior a 50. O volume de negócios líquido de 12 milhões de euros constitui o terceiro limite, embora não atingido.

Atendendo que a TP preparou as suas demonstrações financeiras aplicando o nível de normalização contabilística correspondente às Pequenas Entidades (NCRF-PE), foi necessário realizar adaptações para o nível de normalização contabilística correspondente às Entidades do Setor Não Lucrativo (SNC-ESNL) das rubricas do Balanço e da Demonstração dos resultados por naturezas no processo de agregação dos valores individuais.

3-PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS:

As principais políticas contabilísticas aplicadas na elaboração destas demonstrações financeiras consolidadas foram as aplicadas nas demonstrações individuais da Santa Casa e da sua subsidiária referida na nota 2.

4 – DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS AGREGADAS

As demonstrações financeiras individuais foram agregadas, conforme se segue:

Demonstração de Resultados	Santa Casa		Trekking Party		Val. Agregados	
	2 025	2 024	2 025	2 024	2 025	2 024
Vendas e serviços prestados	1 094 938,77	1 301 898,37	1 018 370,46	744 792,07	2 113 309,23	2 046 690,44
Subsídios, doações e legados à exploração	4 696 886,87	4 287 077,11	0,00	0,00	4 696 886,87	4 287 077,11
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	-226 391,40	-264 486,69	-374 019,31	-362 476,62	-600 410,71	-626 963,31
Fornecimentos e serviços externos	-2 160 283,38	-1 805 370,79	-69 698,99	-70 891,54	-2 229 982,37	-1 876 262,33
Costos como pessoal	-4 819 044,67	-4 300 821,51	-438 441,72	-397 818,63	-5 257 486,39	-4 698 640,14
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	0,00	-940,00	0,00	0,00	0,00	-940,00
Provisões (aumentos/reduções)	113 683,29	-105 585,31	0,00	0,00	113 683,29	-105 585,31
Outros rendimentos	3 078 673,77	3 582 960,72	7 532,87	6 395,81	3 086 206,64	3 589 356,53
Outros gastos	-130 159,93	-117 593,28	-6 572,54	-3 156,92	-136 732,47	-120 750,20
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	1 648 303,32	2 577 138,62	137 170,77	-83 155,83	1 785 474,09	2 493 982,79
Costos/reversões de depreciação e de amortização	-455 586,26	-408 672,95	-19 124,20	-21 591,92	-474 710,46	-430 264,87
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	1 192 717,06	2 168 465,67	118 046,57	-104 747,75	1 310 763,63	2 063 717,92
Juros e rendimentos similares obtidos	3 216,70	3 803,03	0,00	0,00	3 216,70	3 803,03
Juros e gastos similares suportados	-282 230,77	-316 161,39	-21,35	-837,56	-282 252,12	-316 998,95
Resultados antes de impostos	913 702,99	1 856 107,31	118 025,22	-105 585,31	1 031 728,21	1 750 522,00
Imposto sobre o rendimento do período			-4 341,93		-4 341,93	0,00
Resultado líquido do período	913 702,99	1 856 107,31	113 683,29	-105 585,31	1 027 386,28	1 750 522,00

Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature on the left and several smaller ones on the right, along with the number 49 at the bottom right.

Handwritten mark in blue ink at the bottom left.

SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE PONTA DELGADA
BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025512012199
Moeda : (Valores em Euros)

Balanço	Santa Casa		Trekking Party		Valores Agregados	
	2025	2024	2025	2024	2025	2024
ACTIVO						
Activo não corrente	24 580 795,17	23 178 312,69	540 540,00	555 907,21	25 121 335,17	23 734 219,90
Ativos fixos tangíveis	3 976 731,24	4 132 038,76	528 808,98	544 295,59	4 505 340,22	4 676 334,35
Bens do património histórico e artístico e cultural	23 419,25	23 419,25	0,00	0,00	23 419,25	23 419,25
Ativos intangíveis	14 828,30	13 139,00	0,00	0,00	14 828,30	13 139,00
Investimentos financeiros	20 565 816,38	19 009 715,68	11 731,02	11 611,62	20 577 547,40	19 021 327,30
Activo corrente	6 781 247,16	7 665 937,30	297 182,29	163 413,61	7 078 429,45	7 829 350,91
Inventários	48 432,96	0,00	10 411,43	13 718,04	58 844,39	13 718,04
Créditos a receber	158 816,91	150 286,09	278 433,65	132 216,89	437 250,56	282 502,98
Estado e outros entes públicos	43 990,30	31 073,77	84,43	0,00	44 074,73	31 073,77
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	550 773,60	550 750,18	0,00	0,00	550 773,60	550 750,18
Diferimentos	19 899,62	18 790,41	1 566,95	883,15	21 466,57	19 473,56
Outros ativos correntes	5 308 999,36	6 456 601,61	837,96	729,96	5 309 837,32	6 457 331,57
Caixa e depósitos bancários	650 334,41	458 435,24	5 847,87	15 865,57	656 182,28	474 300,81
Total do ativo	31 362 042,33	30 844 249,99	837 722,29	719 320,82	32 199 764,62	31 563 570,81
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO						
Fundos patrimoniais	20 907 777,89	18 053 791,22	-321 702,89	-211 961,32	20 586 075,00	17 841 829,90
Fundos	7 224 270,48	7 224 270,48	197 000,00	197 000,00	7 421 270,48	7 421 270,48
Resultados transferidos	-2 015 611,64	-3 871 718,95	-550 992,67	-445 407,36	-2 566 604,31	-4 317 126,31
Ajustamentos / Outras variações nos fundos patrimoniais	15 699 119,05	14 701 239,69	32 289,78	36 446,04	15 731 408,83	14 737 685,73
Resultado líquido do período	913 702,99	1 856 107,31	113 683,29	-105 368,39	1 027 386,28	1 750 738,92
Total dos fundos patrimoniais	21 821 480,88	19 909 898,53	-208 019,60	-317 329,71	21 613 461,28	19 592 568,82
Passivo						
Passivo não corrente	1 200 471,08	3 629 975,76	585 045,29	600 167,02	1 785 516,37	-4 230 142,78
Provisões	208 019,60	317 546,63	0,00	0,00	208 019,60	317 546,63
Financiamentos obtidos	992 451,48	3 312 429,13	577 028,17	591 375,84	1 569 479,65	3 903 804,97
Outras contas a pagar	0,00	0,00	8 017,12	8 791,18	8 017,12	8 791,18
Passivo corrente	8 340 090,37	7 304 375,70	460 696,60	436 482,81	8 800 786,97	7 740 858,51
Fornecedores	708 543,80	1 040 361,35	355 735,38	337 646,70	1 064 279,18	1 378 008,05
Estado e outros entes públicos	118 670,89	113 376,66	30 236,42	23 694,40	148 907,31	137 071,06
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	0,00	487,00	0,00	0,00	0,00	487,00
Financiamentos obtidos	2 691 682,40	2 234 149,00	14 347,67	17 157,17	2 706 030,07	2 251 306,17
Diferimentos	3 517 695,52	2 932 111,08	0,00	374,19	3 517 695,52	2 932 485,27
Outros passivos correntes	1 303 497,76	983 890,61	60 377,13	57 610,35	1 363 874,89	1 041 500,96
Total do passivo	9 540 561,45	10 934 351,46	1 045 741,89	1 036 649,83	10 586 303,34	11 971 001,29
Total dos fundos patrimoniais e do passivo	31 362 042,33	30 844 249,99	837 722,29	719 320,12	32 199 764,62	31 563 570,11

Relativamente à TP, foi necessário adaptar algumas rubricas do Balanço ao nível de normalização contabilística da casa-mãe correspondente às Entidades do Setor Não Lucrativo (SNC-ESNL), nomeadamente:

Créditos a receber = Clientes (TP)

Outros ativos correntes = inclui outras contas a receber (TP)

Outros passivos correntes = inclui outras contas a pagar (TP)

Financiamentos obtidos = inclui empréstimos da casa-mãe (TP)

Fundos = Capital subscrito (TP)

5 - AJUSTAMENTOS

Das demonstrações financeiras agregadas às demonstrações financeiras consolidadas, foi necessário realizar ajustamentos que eliminassem das contas da casa-mãe os efeitos do método de equivalência patrimonial na rubrica de investimentos e nos fundos patrimoniais, os saldos Intra grupo e as operações recíprocas, para 2025 e 2024:

**Ajustamentos em 2025 - Demonstração de resultados**

Conta	Valores	Observações
DB 72	774 910,27 €	TP - P. Serviços da TP para Santa Casa
CR 62	809 536,84 €	SCMPDL - Subcontrato da Santa Casa com a TP
CR 62	24 800,00 €	TP - Rendas e Outros serviços da Santa Csas para a TP
DB 78	24 800,00 €	SCMPDL - Rendas e Outros serviços da Santa Csas para a TP
DR 76	113 683,29 €	Reversão da Provisão de Resultados da TP
DB 79	21,35 €	SCMPDL - Juros da Santa Casa para a TP
CR 69	21,35 €	TP - Juros da Santa Casa para a TP

E em

Ajustamentos em 2024 - Demonstração de resultados

Conta	Valores	Observações
DB 72	541 158,11 €	P. Serviços da TP para Santa Casa
CR 62	541 158,11 €	Subcontrato da Santa Casa com a TP
CR 62	26 130,00 €	Rendas e Outros serviços da Santa Csas para a TP
DB 78	26 130,00 €	Rendas e Outros serviços da Santa Csas para a TP
CR 76	109 741,57 €	Reversão da Provisão de Resultados da TP
DB 79	710,82 €	Juros da Santa Casa para a TP
CR 69	710,82 €	Juros da Santa Casa para a TP

Ajustamentos em 2025 - Balanço

Conta	Valores	Observações
CR 21	81 927,20 €	SCMPDL - Rendas e outros serviços da TP em dívida
DB 22	81 927,20 €	TP - Santa Casa fornecedora da TP
CR 22	268 118,46 €	SCMPDL - TP fornecedora da Santa Casa
DB 21	268 118,46 €	TP - TP fornecedora da Santa Casa
CR 26	541 159,00 €	SCMPDL - Financiamentos da Santa Casa à TP
DB 25	541 159,00 €	TP - Financiamentos da Santa Casa à TP
DB 29	208 019,60 €	SCMPDL - Provisão dos Cap. Próprios Tp
CR 56	34 626,57 €	IVA da faturação TP à SCMPDL (50%)
DB 51	197 000,00 €	TP - Capital subscrito da TP pela Santa Casa
CR 56	550 992,67 €	SCMPDL - Resultados transitados da TP
DB 41	- €	Anulação da Equiv. Patrimonial da TP
CB 57		SCMPDL - Regularizações referente à equiv. Patrimonial da TP
DB 59	32 289,78 €	Ajustamentos/Outras Variações TP



E em

Ajustamentos em 2024 - Balanço

Conta	Valores	Obervações
DB 27	52 880,93 €	Rendas e outros serviços da TP em dívida
CR 21	52 880,93 €	Santa Casa fornecedora da TP
CR 21	127 337,76 €	TP fornecedora da Santa Casa
DB 22	127 337,76 €	TP fornecedora da Santa Casa
CR 26	543 968,50 €	Financiamentos da Santa Casa à TP
DB 26	543 968,50 €	Financiamentos da Santa Casa à TP
DB 29	317 546,63 €	Provisão dos Cap. Próprios Tp
DB 51	197 000,00 €	Capital subscrito da TP pela Santa Casa
CR 56	445 407,36 €	Resultados transitados da TP
DB 41	- €	Anulação da Equiv. Patrimonial da TP
DB 56	564,33 €	Regularizações referente à equiv. Patrimonial da TP
DB 59	36 446,04 €	Ajustamentos/Outras Variações TP

6 - ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO CONSOLIDADO

Não se registaram acontecimentos após a data do balanço consolidado com influência materialmente relevante nos resultados.

As demonstrações financeiras consolidadas para o período findo em 31 de dezembro de 2025 foram aprovadas pela Mesa Administrativa e autorizadas para emissão em 27 de março de 2026.

Ponta Delgada, 27 de março de 2026

Daniela Catarina Gonçalves Oliveirinha

CC 96696



Certificação Legal de Contas 2025



DUARTE GIESTA
& ASSOCIADO
SROC, LDA

Rua Dr. Caetano de Andrade,
nº 5 – 2º Centro
9500-037 Ponta Delgada
T: +351 296 628 240
M +351 924 479 500
geral@duartegiesta.pt
www.duartegiesta.pt

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE PONTA DELGADA, que compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 2025 (que evidencia um total de 31.362.042 euros e um total de fundos patrimoniais de 21.821.481 euros, incluindo um resultado líquido de 913.703 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações nos fundos patrimoniais e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE PONTA DELGADA em 31 de Dezembro de 2025 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:



- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluimos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

Duarte

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento aos requisitos legais aplicáveis, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Ponta Delgada, 26 de Março de 2026



Duarte Giesta & Associado, SROC, Lda.
representada por
Duarte Félix Tavares Giesta (ROC nº520)
Registado na CMVM com o nº 20160190



DUARTE GIESTA
& ASSOCIADO
SROC, LDA

Rua Dr. Caetano de Andrade,
nº 5 – 2º Centro
9500-037 Ponta Delgada
T: +351 296 628 240
M +351 924 479 500
geral@duartegiesta.pt
www.duartegiesta.pt

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas da SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE PONTA DELGADA, que compreendem o balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2025 (que evidencia um total de 31.308.560 euros e um total de fundos patrimoniais de 21.821.481 euros, incluindo um resultado líquido de 948.330 euros), a demonstração consolidada dos resultados por naturezas, a demonstração consolidada das alterações nos fundos patrimoniais e a demonstração consolidada dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras consolidadas que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira consolidada da SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE PONTA DELGADA em 31 de Dezembro de 2025 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa consolidados relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas” abaixo. Somos independentes das entidades que compõem o Grupo nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras consolidadas

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do Grupo de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório consolidado de gestão nos termos legais e regulamentares;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras consolidadas isentas de distorção material devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade do Grupo de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira do Grupo.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:



- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Grupo;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Grupo para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Grupo descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras consolidadas, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- planeámos e executamos a nossa auditoria para obtermos prova de auditoria suficiente e apropriada relativa à informação financeira das entidades ou unidades dentro do Grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela orientação, supervisão e revisão do desempenho do trabalho efetuado para efeitos da auditoria do Grupo e somos os responsáveis finais pela nossa opinião de auditoria;

Duarte Giesta

- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório consolidado de gestão com as demonstrações financeiras consolidadas.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

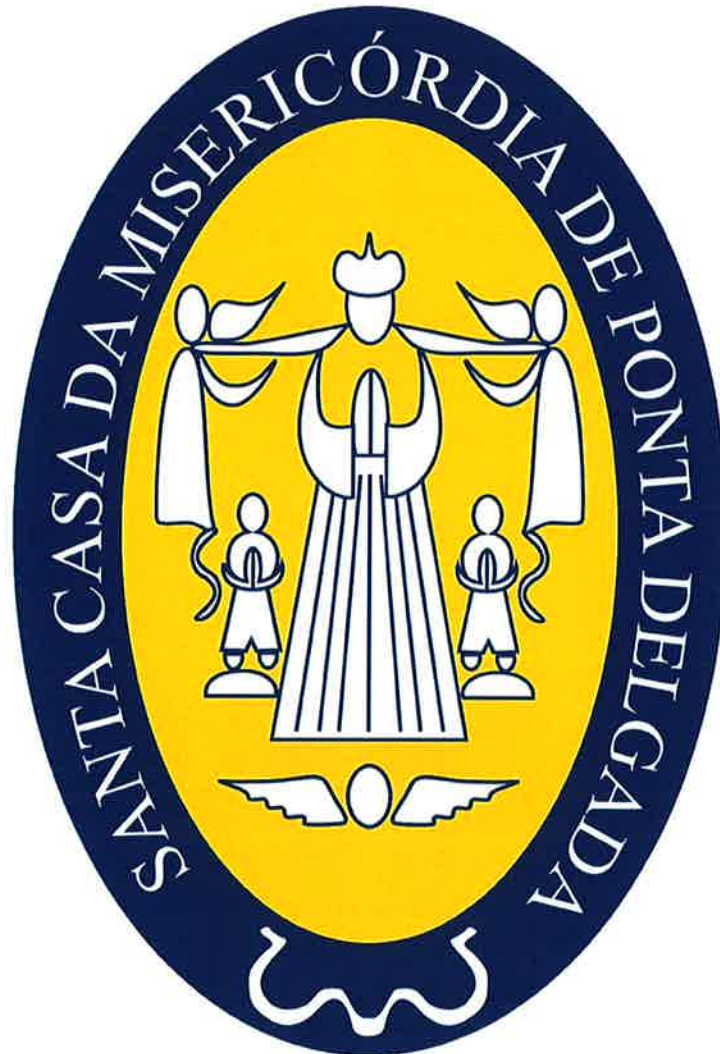
Sobre o relatório consolidado de gestão

Dando cumprimento aos requisitos legais aplicáveis, somos de parecer que o relatório consolidado de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras consolidadas auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre o Grupo, não identificámos incorreções materiais.

Ponta Delgada, 26 de Março de 2026



Duarte Giesta & Associado, SROC, Lda.
representada por
Duarte Félix Tavares Giesta (ROC n°520)
Registado na CMVM com o n° 20160190



Ata do Conselho Fiscal



Relatório e Parecer do Conselho fiscal

1. Nos termos legais e estatutários e no desempenho das suas funções, o Conselho Fiscal da Santa Casa da Misericórdia de Ponta Delgada, examinou o relatório da Mesa Administrativa e as Demonstrações Financeiras individuais, nomeadamente o Balanço, a Demonstração de resultados, e as notas explicativas às Demonstrações Financeiras, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e, conseqüentemente, vem submeter à vossa aprovação o seu Relatório e Parecer.

2. Principais Aspetos a Destacar

A atividade da Santa Casa foi por nós seguida ao longo do ano a coberto das nossas funções de fiscalização aos atos praticados nos domínios financeiro, económico e patrimonial.

Desde logo, este Conselho Fiscal quer destacar a boa situação patrimonial que esta Santa Casa apresenta no encerramento das contas de 2025, com o ativo líquido a ultrapassar os 31 milhões de euros, crescendo 500 mil euros face ao período homólogo de 2024. Uma nota positiva para a valorização da participação no Novo Banco dos Açores (NBA), com um investimento financeiro de 20,5 milhões de euros, constituindo a principal atividade de rendimento desta Santa Casa.

Numa perspetiva de análise económica no conjunto total da atividade individual da Santa Casa, os resultados líquidos em 2025 atingiram o valor positivo 914 mil de euros, representando, no entanto, uma redução de 50% face ao registado no ano anterior. Para o apuramento destes resultados e no que se refere à obtenção dos principais rendimentos, 2025 registou um decréscimo no valor da Prestação de Serviços (mensalidades) em cerca de 207 mil euros, totalizando 1,1 milhões de euros; um aumento nos subsídios à exploração de 9,6%, com um acréscimo rondando os 410 mil euros, atingindo o valor de 4,7 milhões de euros; e há que juntar ainda o significativo rendimento gerado pela participação financeira no NBA, em que os seus resultados incrementaram uma equivalência patrimonial na Santa Casa rondando os 2,6 milhões de euros, ainda que inferior em cerca de 700 mil euros face o valor registado no ano anterior.



No que se refere aos gastos, os consumíveis registam positivamente um decréscimo de 38 mil euros face a 2024 (-14%). Já os fornecimentos e serviços externos cresceram 20% face ao ano anterior (mais 355 mil euros, com cerca de 300 mil a corresponder a Subcontratos), a que se junta as despesas com o pessoal, com um crescimento de 11,7% (mais 504 mil euros), atingindo o valor de 4,8 milhões de euros, relativo a um quadro médio de 225 colaboradores, mais 20 que a média do ano anterior.

Nota positiva em 2025 para a Trekking Party, que pela primeira vez contribuiu com resultados líquidos positivos para a Santa Casa, bem como para a Escola Profissional e a exploração do Parque de Estacionamento que mantiveram as suas operações positivas. A contrário e nos moldes dos anos anteriores, continuou-se a registar nas Valências Sociais resultados líquidos negativos, atingindo um valor superior a 1,6 milhões de euros, principalmente gerados na Unidade de Cuidados Continuados com a uma exploração negativa rondando um milhão de euros, a que se acresce aos défices nas atividades do Lar da Levada e nas Creches e Jardins de Infância, que sendo rígidos nas suas estruturas no que se refere à racionalização de gastos, deviam encontrar maior cobertura na variação dos subsídios à exploração por parte dos entes públicos contratantes dos serviços, a fim de inverter este défice operacional crónico, que em 2025 ainda foi mais agravado por via das taxas de crescimentos dos custos terem sido superiores aos dos respetivos proveitos.

Analisando do ponto de vista dos fluxos de tesouraria, as disponibilidades em Caixa e Bancos registaram um acréscimo de 190 mil de euros, passando de 458 mil euros em finais de 2024, para 650 mil no fecho do exercício de 2025. Nesta ótica de análise, a tesouraria negativa gerada pelas operações das valências sociais encontrou cobertura no dividendo recebido do NBA (1,6 milhões de euros), nas rendas recebidas do património e nas atividades de investimento. Esta realidade mostra que em condições normais de atividade no médio e longo prazo, o retorno de tesouraria da participação no NBA e de outras atividades de rendimento atuais ou futuras, poderão não ser suficientes para a cobertura dos défices de tesouraria das valências sociais.

Acrescenta-se que em 31 de dezembro de 2025, o passivo bancário registava uma dívida de 3,6 milhões de euros, 73% da qual a corresponder a dívida vencível a curto prazo (2,7 milhões de euros). No total este stock representa menos 1,9 milhões que em finais de 2024, com a maior parte da redução a corresponder à amortização de cerca de 1,6 milhões de euros da



responsabilidade do Governo Regional dos Açores, relacionada com o protocolo de financiamento público da Escola Profissional (MES) na transição para o atual quadro comunitário de apoio.

3. Outros Aspetos em Consideração:

Estamos convictos que os documentos de prestação de contas representam de forma verdadeira a situação financeira e patrimonial da Santa Casa; que todas as operações estão devidamente justificadas e foram registadas de acordo com o normativo contabilístico em vigor; e que os resultados apurados são verdadeiros quanto à realidade económica da instituição. Acrescenta-se que estes documentos foram objeto de auditoria financeira por parte de uma empresa especializada estando a Santa Casa de posse do relato da respetiva Certificação Legal das Contas. Não temos conhecimento de quaisquer eventos ou processos em curso que possam vir a responsabilizar futuramente a Santa Casa e que possam fazer perigar a prossecução da sua atividade social a bem dos mais necessitados.

4. Parecer:

Face ao exame efetuado ao Balanço, à Demonstração dos Resultados e seus mapas anexos e ainda ao Balancete analítico, elaborados à data de 31 de dezembro de 2025, todos verificando a correta escrituração, refletindo com fidelidade as atividades desenvolvidas por esta Instituição e encontrando-se devidamente reconciliadas todas as contas bancárias, o Conselho Fiscal é de parecer:

- Que seja aprovado o Relatório da Mesa da Irmandade e as Contas do exercício findo em 31 de dezembro de 2025;
- Que seja aprovada a proposta da Mesa para a transferência do Resultado Líquido positivo de 913.702,99 euros para a rubrica de Resultados Transitados;
- Que seja aprovado um voto de louvor à Mesa da Irmandade pela disponibilidade e dedicação sempre demonstrada para com esta Instituição.
- Que seja também aprovado um voto de louvor a todos os colaboradores desta Santa Casa, pelo enorme contributo que deram em mais um ano de atividade no cumprimento da missão social da instituição.



SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE PONTA DELGADA

Ponta Delgada, 26 de março de 2026

O Conselho Fiscal

Presidente

(Jacinto Ferreira Raposo)

Vogal

(Pedro Miguel Pacheco Carreiro)

Vogal

(Paulo Pacheco Mota)